

Programa

26 de março - Leiria – ESECS

09h00 **Receção dos participantes**

09h30 **Sessão de Abertura**

10h00 **Abertura – *O Mar – um recurso para Portugal***

10h15 **Pausa para café**

10h30 **Painel “*Portugal e o mar*”**

Aldino Santos de Campos

Estrutura de Missão para Extensão da Plataforma Continental - O Processo de Extensão da Plataforma Continental

Ana Paula Ramos Pereira

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Do mar à costa

António Campar

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território - Faculdade de Letras de Coimbra – A atração pelo risco

Sérgio Leandro

Escola Superior de Turismo e do Mar - Energia das ondas – recurso a explorar

13h00 **Almoço** (refeitório das ESECS)

14h30 **Painel “*O mar: uma economia azul*”**

Leonel Pereira

MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente - Algas, um potencial português

Nuno Gaspar de Oliveira

ISG Business & Economics School - Economia sustentável das zonas marinhas e costeiras

Ana Pombo

Escola Superior de Turismo e do Mar - O papel da aquacultura sustentável no desenvolvimento da Economia Azul

Fernando Gonçalves

Associação Portuguesa de Aquacultores - A Aquacultura em Portugal

16h30 **Leiria de Honra seguido de Visita de Estudo “*Percurso pedestre Rota d'o Crime do Padre Amaro*”**

18h30 **Assembleia Geral de Sócios**

27 de março - Leiria – ESECS (ponto de encontro)

09h00 **Visita de Estudo “*Litoral: dinâmica e economia*”**

Olga Santos, Mário Oliveira ESECS e OIKOS - Leiria e **Nuno Carvalho, Luís Noivo** OIKOS - Leiria

Serra da Boa Viagem, Gala, Salinas, Osso da Baleia – Praia Dourada, Renoeste - Carriço, Praia do Pedrógão, Foz do lis e Marinha Grande - Fábricas e Museu do Vidro

28 de março - Leiria – ESECS

09h00 **Painel “O mar na educação geográfica”**

Paulo Conceição

Colégio Guadalupe - O perfil dos portos de pesca. Uma situação de aprendizagem

Sofia Quaresma

Câmara Municipal de Alcobaça - O mar como recurso educativo

João Paulo Medeiros

MARE - Marine and Environmental Sciences Centre – A Zona Intertidal como Laboratório Natural

Bernardo Gaivão

PORDATA - Investigando o Mar através do PORDATA

Rui Santos

ESRI Portugal - Os SIGs e Mar

10h30 **Pausa para café**

10h45 **Painel “O mar na região centro: potencialidades e ameaças”**

João Vitorino

Instituto Hidrográfico - O canhão da Nazaré

António Pedro Sá Leal

Surfrider Foundation Europe - Os novos turismos ligados ao mar

Gonçalo Henriques

Haliotis - Os novos turismos ligados ao mar

Micael Sousa

Câmara Municipal de Leiria - Ordenamento e gestão da litoral à escala local

12h45 **Almoço**

13h45 **Visita de Estudo “Mar e lazer: Nazaré”**

Forte de São Miguel Arcanjo (Farol)

Carlos Fidalgo (património) – Origens e Formação da Nazaré

Ana Hilário / Mário Bulhões (história) – Introdução histórica à vila e visita ao Forte

Carla Maurício (biologia) – O Canhão da Nazaré (e as Ondas) e a actividade piscatória (artes de pesca, venda e transformação do pescado).

Descida até à praia e marginal, ruas do centro histórico até ao **Estendal de Secagem do Peixe**.

Resumos

Painel

“Portugal e o mar”

Aldino Santos de Campos

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental
O Processo de Extensão da Plataforma Continental

Ao ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), Portugal iniciou uma nova etapa na sua história virada para o mar. Entre outros assuntos de elevada importância, esta convenção consagra, na sua Parte VI, direitos exclusivos de soberania sobre os recursos vivos e não vivos existentes no solo e subsolo que constituem o prolongamento natural do território emerso até ao bordo exterior da sua margem continental. Embora os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental sejam independentes da sua ocupação, real ou fictícia, os Estados têm o dever de fixar o limite exterior da sua plataforma continental, com base nas prescrições do artigo 76º, de forma a definirem a sua fronteira, ao nível do solo e subsolo, com a Área património comum da Humanidade. Esta é a principal missão da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC). De fato, o processo português para a extensão da plataforma continental, nome usualmente adotado para definir este limite exterior, foi submetido, em 11 de maio de 2009, à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), órgão das Nações Unidas que faz a sua apreciação. Atualmente, enquanto se aguarda a constituição da Subcomissão que irá analisar os detalhes técnicos contidos na proposta portuguesa, está a ser desenvolvido um trabalho suplementar de reforço da proposta submetida, o qual está a ser acompanhado por uma análise criteriosa das recomendações relativas a outros Estados costeiros.

Contudo, já é possível fazer um balanço positivo das consequências deste projeto. Quer a nível do conhecimento e capacidade tecnológica instalada, quer pelas suas implicações geo-estratégicas, associadas ao desafio que se coloca para a exploração do seu mar ultra profundo, muitas têm sido as referências que apontam para um futuro promissor em termos de desafios e oportunidades para as gerações vindouras.

Ana Ramos Pereira

Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Centro de Estudos Geográficos
Do mar à costa

O tema proposto abrange um vasto espaço marítimo e terrestre, onde se cruzam as dinâmicas próprias das terras emersas, sejam elas naturais ou dependentes das atividades socioeconómicas, com as dinâmicas marinhas, resultantes essencialmente da interação oceano atmosfera.

A apresentação organiza-se em 5 pontos:

1. Do litoral à orla costeira ou a redefinição de conceitos
2. Diversidade geomorfológica da orla e da “zona” costeira emersas
3. Perigos costeiros e fatores forçadores
4. Alguns exemplos de perigos costeiros em Portugal
5. Ordenamento do território costeiro e prevenção dos perigos

Nos últimos 6 anos, têm vindo a ser publicados vários os documentos de orientação e de regulamentação de usos do território costeiro. Também eles contêm um conjunto de conceitos que importa estabilizar e manter em todos os instrumentos de gestão territorial (IGT). Serão referidos a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da “Zona” Costeira (ENGIZC, de 2009) e a nova lei dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, de 2012 (ponto 1.).

A implementação das orientações e da gestão preconizadas implica o conhecimento da diversidade deste espaço de interface em análise, que é um território de grande diversidade natural e antropogénica (ponto 2.).

Os fatores que forçam as diversas dinâmicas presentes têm origem, intensidade e impactes muitos distintos no território costeiro e podem provir (i) do mar, como os temporais, ou a subida centenária do nível do mar ou os

maremotos, por exemplo, ou (ii) de terra e relacionarem-se com o uso do território (ponto 3.).

À semelhança de territórios costeiros doutros países, também em Portugal existem perigos costeiros que fazem variar a posição da linha de costa e põem em risco diversos recursos e diversas obras humanas (os denominados elementos expostos). Serão apresentados alguns exemplos em território nacional, nomeadamente dos impactes desses perigos no território costeiro (ponto 4.).

Só o conhecimento dos perigos costeiros e dos seus fatores forçadores, combinados com os diversos usos do território costeiro, permitirão propor soluções de ordenamento, que terão que ser diversas, à semelhança do próprio território costeiro. Aliás, este deve ser considerado como um recurso global (ponto 5.).

António Campar

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

Faculdade de Letras de Coimbra - Ordenamento do Litoral

A atração pelo risco

Grande parte da costa portuguesa está a sofrer erosão, portanto recuo, mais ou menos acentuada consoante a realidade física e humana de cada tramo dessa costa. A grande causa para essa erosão aponta para o défice arenoso, sentido há algumas dezenas de anos, e que não permite sustentar a deriva potencial, desequilibrando, portanto, a distribuição dos sedimentos pelas praias da nossa costa.

Para além das ocupações tradicionais da faixa costeira por populações dedicadas à pesca, mas também ao turismo e a outras atividades económicas como industriais e portuárias, assistiu-se a uma sobreocupação recente dessa faixa o que veio aumentar a exposição de pessoas e bens e, assim, a sua vulnerabilidade.

Em simultâneo, em resposta a pretensas preocupações ecológicas ou por simples apelo de modas vigentes, foram criadas estruturas sobre um meio bastante sensível, como é a duna frontal, o que vem agravar o seu já ameaçado equilíbrio.

Um fator indispensável a ter em conta na gestão do litoral e num prazo médio a longo é o da subida no nível do mar, na sequência do previsto aquecimento global. Há que pensar nas consequências sobre a linha de costa não da dita subida (máximo de 1 m neste século) mas também nas alterações a dinâmica do mar quanto ao aumento ou não da frequência ou da intensidade das tempestades e da alteração da aproximação da onda.

Finalmente procurar-se-á discutir algumas das medidas a tomar quanto ao futuro da nossa costa e que se podem resumir em duas palavras: precaução e soluções.

Sérgio Leandro

Escola Superior de Turismo e do Mar

Energia das ondas – recurso a explorar

As ondas são formadas pelo sopro dos ventos sobre a água e ocorrem unicamente na água perto da superfície do mar. O tamanho das ondas geradas depende da velocidade do vento, da sua duração e da sua distância da água sobre a qual sopra. O movimento da água daí resultante transporta energia cinética que pode ser aproveitada por dispositivos de energia das ondas. A densidade energética (ex. o recurso disponível por unidade de área, por ex. 40 kW/m²) das ondas é 10 vezes mais alta do que a da energia eólica e 100 vezes mais alta do que a da radiação solar, o que demonstra o inegável potencial energético das ondas oceânicas.

Peniche, pelas suas condições naturais, foi identificado como o local ideal para testar uma nova tecnologia para aproveitamento da energia das ondas. O projeto europeu SURGE (*Simple Underwater Renewable Generation of Electricity*), financiado pelo 7º programa quadro da União Europeia, pretendeu testar e avaliar o protótipo de segunda geração do dispositivo Finlandês *WaveRoller*. Esta é uma tecnologia *nearshore*, próxima da costa, que se situa a uma

profundidade de cerca de 15-20 metros e que assenta no fundo marinho, aproveitando o movimento horizontal das ondas a baixa profundidade para fazer oscilar as suas asas verticais. O projeto SURGE foi um dos poucos projetos de demonstração à escala real, a nível mundial, e visou contribuir para a maturação de uma tecnologia tendo em vista a sua comercialização.

O sucesso obtido ao longo do desenvolvimento do SURGE, permitiu que em breve se avance para uma fase pré-comercial desta tecnologia com a construção de um parque de energia das ondas com uma capacidade de 5,6 MW, a instalar a norte do concelho de Peniche, perto da Praia da Almagreira. Os equipamentos de produção de energia das ondas serão ligados em rede, no fundo do mar, e a energia produzida será injetada na rede através do cabo submarino já existente no local. O projeto SWELL, que será financiado pela Comissão Europeia em cerca de 9,1 milhões de euros, é liderado pela empresa finlandesa *AW-Energy*, detentora da tecnologia *WaveRoller* e conta com a participação do Município de Peniche como parceiro.

Painel

“O mar: uma economia azul”

Leonel Pereira

MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

Algas, um potencial português

O litoral português, com um total de 830 quilómetros comporta, separados por grandes areias, extensões rochosas, muitas delas ricas em algas. Grande parte das zonas costeiras encontram-se muito expostas à ação do mar e as algas do patamar médio litoral encontram-se sobretudo no horizonte inferior, delimitado pelo nível mínimo da maré baixa.

A costa portuguesa apresenta um gradiente acentuado na distribuição da flora algal. A flora do patamar médio litoral do Norte do país é similar à encontrada na zona central da Europa (Bretanha e Sul das ilhas Britânicas). A flora algal do Sul do país é, no entanto, bastante diferente, havendo aí uma nítida influência do Mediterrâneo e da zona Norte da costa ocidental Africana.

A vida na zona entre marés apresenta um ambiente muito dinâmico, onde os organismos, sujeitos à influência do fluxo e refluxo das marés duas vezes por dia, vivem num ambiente muito rigoroso e exigente, num equilíbrio frágil e delicado entre si e os fatores ambientais.

As macroalgas marinhas habitam os oceanos há mais de 2 mil milhões de anos, sendo utilizadas na alimentação pelos povos asiáticos desde o século XVII. Hoje em dia, estes vegetais marinhos são usados em vários países para os mais diversos fins: diretamente na alimentação; na extração de ficocolóides (agar, alginatos e carragenanas); na indústria alimentar, farmacêutica e cosmética. As algas são também usadas diretamente na alimentação, na extração de compostos antivíricos, antibacterianos e como biofertilizantes.

Apesar da abundância de algas na costa portuguesa, o uso destas na alimentação não tem grande tradição em Portugal, exceto para algumas comunidades costeiras nos Açores. Nestas comunidades a *Porphyra leucostica*, conhecida como “erva patinha”, é apanhada e consumida frita ou incorporada em sopas, tortas e omeletas. A *Osmundea pinnatifida*, conhecida como “erva malagueta”, é conservada em vinagre e consumida ao longo do ano, a acompanhar peixe frito.

Nuno Gaspar de Oliveira

ISG Business & Economics School

Economia sustentável das zonas marinhas e costeiras

A oeste (e sul) nada de novo, a grande fronteira azul que uniu Portugal ao mundo continua lá, tanto enquanto factor de união como de separação. Do Infante a Porter e de D. Carlos a Hernani, vem relatos, análises, ideias e mandatos sobre

como (re)conquistar os mares. No entanto o Mar Português contraiu nos últimos dois séculos, quer pela inevitabilidade histórica, como pela reorientação para a nova Europa. Uma visão demasiado micro do contexto macroeconómico em que nos encontramos nos últimos 15 anos adiou a necessidade de união de esforços para segundo plano e foram regra os subsídios à desmaterialização do sector das pescas, os incentivos à ocupação urbana da orla costeira e fragmentação dos vários sectores que se queriam cooperantes e que acabaram a lutar por programas regionais de co-financiamento algo 'ensossos'. Mas há boas notícias: estamos a um passo concretizar o nosso desígnio de expansão da plataforma continental, somos pioneiros na biotecnologia dos recursos dos fundos marinhos e avançam os planos de ordenamento da orla costeira elaborados a partir de um racional mais pró-sustentabilidade. Porém, qual é o papel do ambiente costeiro e marinho na diversificação da economia? Numa época de constante mudança e a enfrentar novas problemáticas, como planear e gerir de forma sustentável?

A nova economia do mar só pode emergir num contexto de envolvimento entre partes interessadas, onde serão integradas as tendências de políticas públicas emergentes, a revisão dos instrumentos de planeamento territorial, a gestão sustentável dos recursos naturais, a formação de recursos humanos, a diversificação das oportunidades de nicho, a inclusão dos aspectos sociais e culturais e o investimento em investigação aplicada. Existem aspectos determinantes do risco e sucesso económico e que passam pela definição e gestão de áreas protegidas marinhas e costeira, formação em economia ecológica, planeamento e gestão de risco com base em cenários, bem como conservação da natureza e gestão da biodiversidade e ecossistemas, nomeadamente no que se refere aos recursos pesqueiros, energéticos e turísticos. Na área das pescas e aquicultura o conhecimento de novos produtos, modelos de produção e tendências de mercado, bem como de ferramentas de gestão, marketing e comunicação serão fundamentais. No sector energético, há futuro nas fontes alternativas e/ou renováveis de energia, modelos de exploração e operação e riscos sociais e ambientais, assim como projectos de restauro ecológico após sinistros. No turismo, o desenvolvimento e actualizações de ofertas e produtos mais sustentáveis e oportunidades de nicho, a requalificação de recursos humanos, os aspectos culturais e históricos, o marketing responsável e a globalização da comunicação poderão ser a chave para um maior e mais qualificado desenvolvimento local.

Esta pode ser a nossa oportunidade para re-globalizar Portugal, uma economia do mar irreverente, chamemos-lhe 'Seaconomics', que pode trazer os novos salários (com origem na palavra 'salarium', pagos em sal pelos romanos) e afogar de vez a nossa tendência para a inacção colectiva, o queixume e ... o acumular de dívidas!

Ana Pombo

MARE – Escola Superior de Turismo e do Mar

O papel da aquacultura sustentável no desenvolvimento da Economia Azul

A aquacultura no mediterrâneo centra-se num número relativamente reduzido de espécies de cultivo como a dourada, o robalo, o linguado, a ostra e torna-se imperativo para o sector que surjam novas espécies de interesse comercial. O cultivo de moluscos bivalves é considerado um cultivo aquícola limpo. Este cultivo tem sido utilizado em diversas lagoas e em zonas costeiras com o objetivo do melhoramento da qualidade da água uma vez que filtram fitoplâncton em suspensão e detritos orgânicos reduzindo assim a carga de matéria orgânica existente. Atualmente está a decorrer na ESTM o projeto Bivalves do Oeste que tem como principal objetivo a manutenção dos reprodutores de amêijoia boa, amêijoia macha, mexilhão e ostra, obtenção de posturas e desenvolvimento dos juvenis para posteriormente poderem ser engordados em viveiros junto à costa ou em suspensão em sistemas de cultivos offshore. Pretendemos desenvolver a maturação dos bivalves em cativeiro e induzir posturas viáveis. Uma vez que não existe nenhuma maternidade de bivalves em Portugal, pretendemos desenvolver a tecnologia para que os cultivos se tornem independentes das capturas no meio natural. O desenvolvimento desta tecnologia permitirá a transferência de conhecimento para empresas, permitindo a criação de novas empresas e disponibilizará o acesso a sementes de bivalves aos pequenos produtores e mariscadores dinamizando assim a produção destas espécies em Portugal. Simultaneamente desenvolvemos também no Laboratório de Aquacultura da ESTM-IPL, o cultivo de poliquetas (isco para a pesca). Este cultivo não está desenvolvido na zona do Mediterrâneo e é uma tecnologia inovadora para a região. Os anelídeos poliquetas são utilizados para alimentação de alguns reprodutores de peixes marinhos em aquacultura e são também amplamente utilizados para isco de pesca desportiva e profissional. O anelídeo poliqueta Hediste diversicolor tem um valor comercial elevado e tem sido amplamente explorada do ambiente selvagem afetando a cadeia trófica em zonas da

região, como na Lagoa de Óbidos, causando impacto em espécies que dependem deste poliqueta para se alimentarem.

O projeto tem como objetivo solucionar os principais pontos críticos que possam surgir ao longo do cultivo desta espécie, desde a manutenção e alimentação dos reprodutores, até à sobrevivência e engorda dos juvenis com vários regimes alimentares e diferentes condições ambientais de modo a podermos definir a melhor tecnologia de cultivo para esta espécie. Outras espécies de estudo no nosso Laboratório são as holotúrias, ou pepinos do mar, são consideradas uma iguaria em muitos Países asiáticos. O cultivo destas espécies não está desenvolvido na Europa, embora na Austrália e em países asiáticos o cultivo de algumas espécies similares já esteja bastante desenvolvido. As exportações dependem apenas das capturas e ocorrem principalmente da Turquia. Durante os últimos anos há também um interesse crescente no seu valor medicinal e nutricional uma vez que está descrito que possuem compostos anti-inflamatórios e anticancerígenos. Pretendemos avaliar as rejeições de holotúrias efetuadas por barcos de arrasto na zona do oeste, ao longo do ano, analisar quais os compostos de interesse que estas espécies possuem para a indústria farmacêutica e desenvolver a tecnologia do cultivo necessária, aproveitando a rejeições para a obtenção de reprodutores. Pretendemos desta forma que as comunidades locais possam utilizar e valorizar estas rejeições, quer para o consumo humano, exportação ou para a indústria farmacêutica.

Fernando Gonçalves

Associação Portuguesa de Aquacultores
A Aquacultura em Portugal

Nos últimos vinte anos a aquacultura registou a nível mundial uma rápida expansão, constituindo hoje o sector com o crescimento mais acentuado no segmento da produção alimentar de origem animal. Actualmente cerca de metade do pescado para consumo humano provém da aquacultura.

Expectavelmente este número irá crescer devido às limitações da captura de espécies selvagens, ao aumento da população, a uma melhoria da dieta alimentar de uma significativa fracção da população mundial e a uma maior confiança do consumidor, pois cada vez mais a aquacultura é praticada de uma forma responsável e sustentável, tendo em conta a conservação do ambiente e dos recursos naturais e garantindo elevados padrões de segurança alimentar.

Em Portugal a aquacultura nacional contribui apenas com 1,5% do consumo total de pescado. Portugal consome anualmente perto de 600 mil toneladas de pescado, sendo que a pesca nacional consegue contribuir com cerca de 200 mil toneladas. Tudo o resto são importações de países Europeus e Terceiros o que se traduz num défice de 650 Milhões de € na balança comercial de pescado.

As 10 mil toneladas produzidas anualmente estão muito aquém do potencial do nosso país. Apesar do elevado nº de estabelecimentos existentes em Portugal, cerca de 1.400, a grande maioria destes (90%) são empresas familiares ou micro empresas, localizadas na Ria Formosa para a produção de bivalves, com uma produtividade bastante baixa.

Importa então fazer uma caracterização do sector aquícola nacional, identificar as principais espécies produzidas e os seus locais de produção e perceber porque razão a aquacultura nacional não se desenvolveu de acordo com as previsões dos vários Governos. Será também dada atenção ao papel que o consumidor pode desempenhar para contribuir para o aumento da produção aquícola nacional e diminuir as importações de pescado.

Visita de Estudo

“Percurso pedestre Rota d'o Crime do Padre Amaro”

“Nota Introdutória

Eça de Queiroz viveu em Leiria cerca de um ano, cidade onde assenta grande parte da ação do primeiro romance realista escrito em língua portuguesa: O Crime do Padre Amaro.

Ao referir inúmeros lugares da cidade e arredores, facilmente identificáveis pelo leitor, cria um “efeito real” de superior interesse.

Será esta a Leiria Queirosiana a receber o enredo da relação amorosa do padre Amaro com Amélia.

Amaro é nomeado para o bispado de Leiria, onde chega em agosto de 1870 para assumir funções. Hospedado na casa de S. Joaneira, por orientação do cônego Dias, vai perder-se de amores por Amélia, filha da anfitriã.

Amélia afasta o pretendente João Eduardo e dedica todo a sua paixão ao padre Amaro. A relação de ambos decorre tranquilamente até ao aparecimento de uma gravidez indesejada, escândalo que é urgente evitar... a qualquer preço.

Casar Amélia com João Eduardo é a primeira opção, mas, estando este em parte incerta, esconde-se a grávida na quinta da Ricoça, onde morre por complicações no parto.

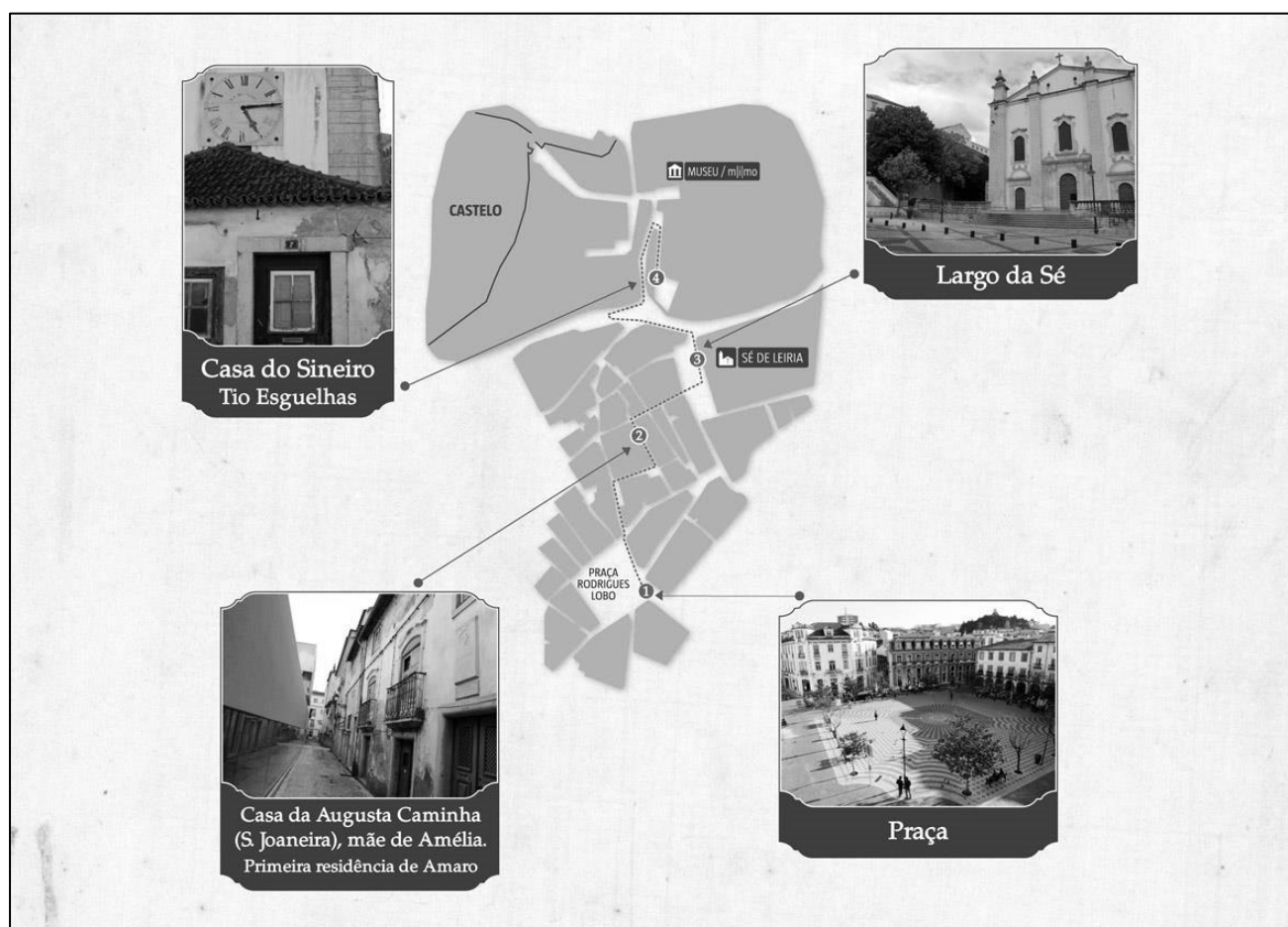
Amaro não assume a paternidade e entrega o filho a uma ama, “tecedeira de anjos”, famosa por não conseguir manter as crianças vivas muito tempo... perante os factos o padre Amaro precipita-se para Lisboa, numa fuga estratégica e depuradora...

Prologo

1870

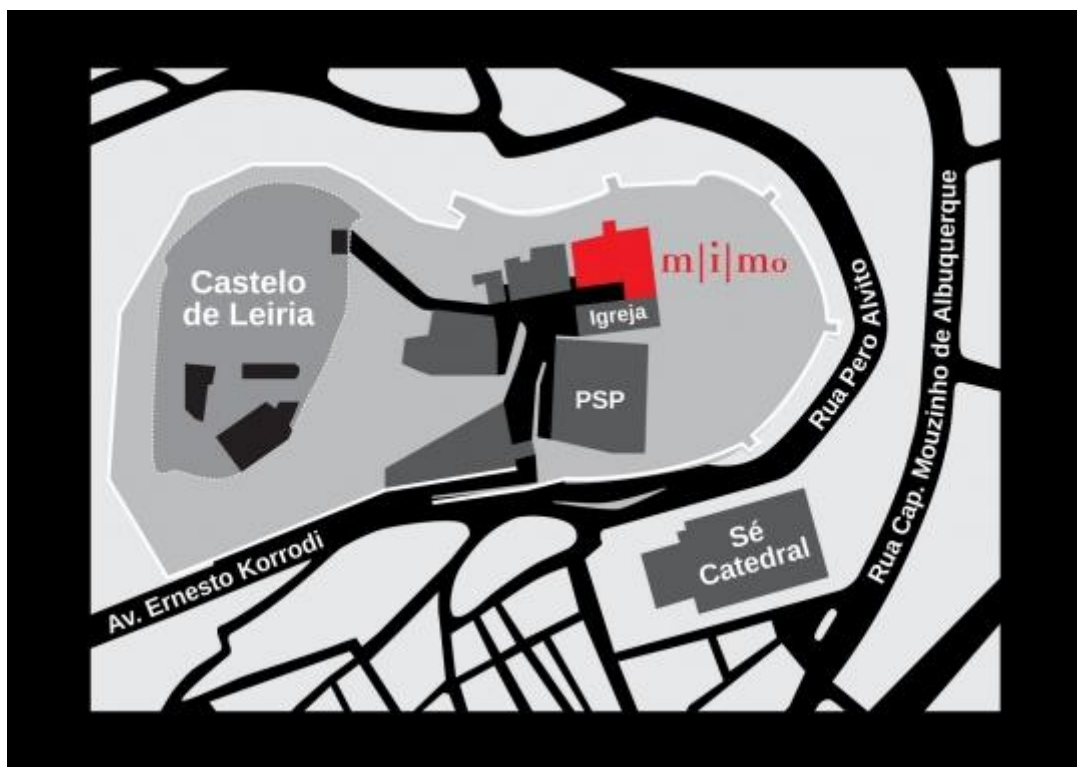
“Foi no Domingo de Páscoa que se soube em Leiria que o Pároco da Sé, José Miguéis, tinha morrido de madrugada com uma apoplexia.”

“Dous meses depois soube-se em Leiria que estava nomeado outro pároco. Dizia-se que era um homem muito novo, saído apenas do seminário. O seu nome era Amaro Vieira é um belo rapagão. De sorte que – acrescentou sorrindo com satisfação – depois de «Frei Hércules» vamos talvez ter «Frei Apolo».” Eça de Queiroz, O Crime do Padre Amaro, cap. I, Edição de 1889”



Fonte: Câmara Municipal de Leiria. s.d. Rota d'o Crime do Padre Amaro. Disponível em: <http://www.cm-leiria.pt/pages/648>

Consulte o vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=6dyMqRfYMFY>



GPS: Lat: +39° 44' 50.29" Long: -8° 48' 26.50"

“O m|i|mo - **museu da imagem em movimento** assume como missão a recolha, salvaguarda, conservação e inventariação de objectos e técnicas relacionadas com as imagens em movimento, dando condições para a pesquisa e estudo nessa área. Aqui se integra e desenvolve a estrutura e exposição de colecções, a organização de actividades e a publicação de documentos, potenciando a fruição dos recursos de uma forma lúdica e criativa, trabalhando com o público na construção de conhecimentos sobre cinema e fotografia.

O m|i|mo pretende ser um projecto cultural abrangente: um museu que é mais que um espaço que se destina à conservação de elementos de uma memória do passado.

Uma Oficina onde se desenvolvem novas soluções e experimentam novos caminhos, com recursos aos meios historicamente desenvolvidos pela sociedade e (re)criando outros.

Procuramos que o m|i|mo seja um lugar de encontro entre o passado e o futuro, um fórum de discussão e uma plataforma para a produção de cultura e experimentação, aberta à comunidade.”

Fonte: Câmara Municipal de Leiria. m|i|mo. Disponível em <http://mimo.cm-leiria.pt/seccao/o-museu-11>

Visita de Estudo

“Litoral: dinâmica e economia”

Olga Santos, Mário Oliveira - ESECS e OIKOS - Leiria e **Nuno Carvalho** OIKOS - Leiria

9h00-13h30 - Saída de leiria - frente à ESECS

Serra da Boa Viagem, Gala, Osso da Baleia - Praia Dourada, Renoeste – Carriço, Praia do Pedrógão, Foz do rio Lis na praia da Vieira e Marinha Grande – Fábricas e Museu do Vidro.

13h30 – Almoço (Restaurante Pintaíinho Piu)

15h00 - 18h30 - Fábricas de Vidro e Museu do Vidro e Núcleo de Arte Contemporânea

- Fábricas de Vidro - Gallo Vidro, Santos Barosa e Barbosa e Almeida

CIRCUITO INTEGRADO DO MUSEU DO VIDRO

- Museu do Vidro (Palácio Stephens) - Exposição Temporária de Octávio Botas “A arte da lapidação do vidro”
- Oficinas de Demonstração de fabrico do vidro - Trabalho ao vivo por artesãos que demonstram as diversas técnicas de fabrico e decoração do vidro.

NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO MUSEU DO VIDRO (Edifício da Resinagem)

- Segunda Vida – Design de vidro reciclado da Finlândia - Exposição Temporária de vidro reciclado
- Poeiras GLASS Estudio de Vidro - Trabalho ao vivo de vidro soprado.
- Esculpir o aço - Exposição visitável do futuro Museu da Indústria dos Moldes

Regresso a Leiria



Fonte: Barbosa e Almeida. *Ciclo do Vidro*. Disponível em http://www.bavidro.com/pt/ciclo_do_vidro.php

Painel

“O mar na educação geográfica”

Paulo Conceição

Colégio Guadalupe

Geografia 10º Ano (Concurso de Inovação na Educação Geográfica)

O perfil dos portos de pesca. Uma situação de aprendizagem

ÂMBITO

Esta situação de aprendizagem aplicada a uma turma do 10º ano de Geografia A, integra-se também como uma das atividades que temos vindo a desenvolver no nosso Laboratório de Geografia, no qual os alunos desenvolvem as seguintes competências:

- Pesquisar, recolher, selecionar e sistematizar dados, dando-lhes coerência e organizá-los em categorias, na procura de modelos explicativos da organização do território;
- Explorar técnicas de expressão gráfica e cartográfica;
- Rentabilizar as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Compreender a estruturação do território nacional em diferentes escalas de análise, assim como as suas interações com outros espaços, particularmente com o espaço ibérico e europeu;
- Participar, através da procura e da apresentação de soluções fundamentadas, na resolução de problemas espaciais;
- Fomentar o espírito crítico nos alunos.

Toda esta situação está orientada para que o aluno desenvolva competências através da aprendizagem pela descoberta e pela experimentação, o que lhe possibilita a exploração de fenómenos geográficos e o desenvolvimento do espírito crítico.

DESENVOLVIMENTO DA SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM

1ª Fase

O aluno seguindo as orientações do professor abre o ficheiro “MODELO_PERFIL_PORTOS_PESCA” no programa VISIO e coloca sobre a sua mesa de trabalho a ficha de análise, que irá preencher à medida que vai analisando os mapas dos portos de pesca e os vários níveis de informação, conforme se pode verificar na figura 1.

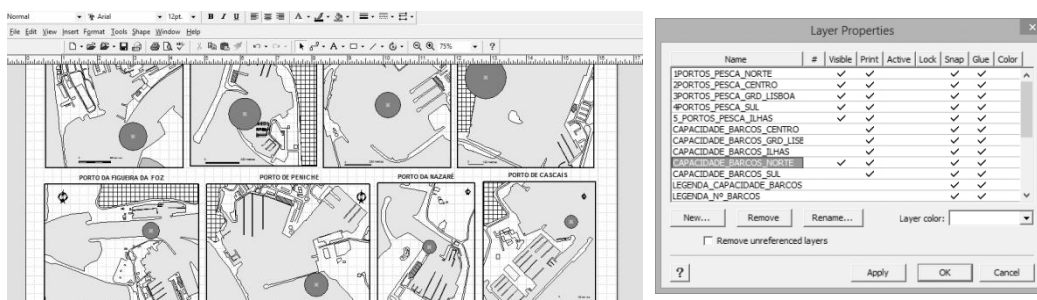


Figura 1

GEOGRAFIA A - 10º ANO "O Perfil dos Portos de Pesca em Portugal"

Ficha de Análise – Mais valias dos Portos de Pesca em Portugal – 2012

Portos de Pesca	Características dos Barcos			Valorização do Pescado			Tipo de Pescado		
	Nº	GT	Potência	Quant.	Valor	Rendim.	Peixes	Crustáceos	Moluscos
Norte									
V. Castelo									
P. Vazim									
Matosinhos									
Aveiro									
Centro									
Nazaré									
F. Foz									
Peniche									
Grande Lisboa									

Figura 2

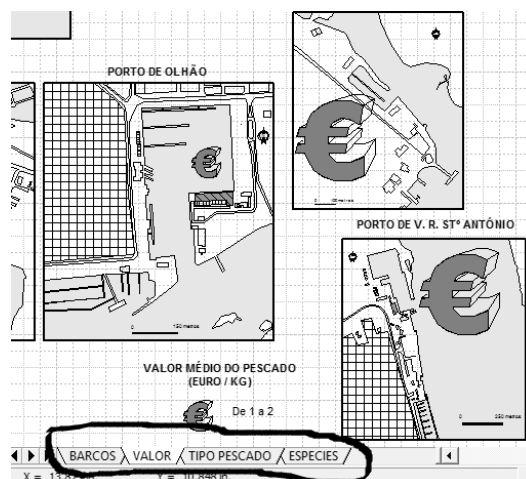
A informação está organizada por quatro separadores, nomeadamente, características das embarcações de pesca, quantidade e valor do pescado, tipo de pescado e também relativamente a algumas espécies piscícolas.

O registo na ficha de análise é feito de acordo com três níveis de grandeza, variável com muito destaque / intensidade (+), variável com destaque / intensidade intermédia (+-) e variável sem destaque / intensidade (-).

2ª Fase

O aluno preenche uma ficha síntese resumo, com as conclusões que retira da análise dos vários níveis de informação que a cartografia disponibiliza.

Em primeiro lugar elabora as conclusões por porto de pesca, em segundo lugar por região e por último em relação a Portugal, criando assim um perfil dos nossos portos de pesca.



Sofia Quaresma

Câmara Municipal de Alcobaça - Pelouro do Ambiente
O mar como recurso educativo

Portugal, considerando a sua posição geográfica e cultural, recebe influências do Atlântico Norte e Sul bem como do Mar Mediterrâneo. No que a Biodiversidade diz respeito, a costa portuguesa é ocupada por espécies marinhas que têm aqui os seus limite geográficos e é ainda território de espécies mediterrânicas que se expandem até à costa Algarvia ou mesmo Vicentina. Podemos observar esta realidade no que diz respeito às aves marinhas (estio versus internada) mas também no caso dos cetáceos e das tartarugas marinhas. No mar, não há fronteiras e sendo os animais errantes mas também erráticos, há sempre novas possibilidades em aberto! Com o aquecimento global e as alterações na temperatura da água do mar, as regiões geográficas típicas de certas espécies começam a alterar-se e vão, certamente, ter de ser revistas. A realidade do concelho de Alcobaça, com os seus 17 Km de costa e já alguma história na monitorização de arrojamentos, permite divulgar, educar e sensibilizar para o mar. A centena de ocorrências foi já ultrapassada, e a dezena de espécies também. Espécies que muitos alunos e professores nunca viram, nem serão vistos com facilidade em escolas ou em museus, mas que naturalmente surgem na nossa costa. Mas, mais do que fauna, o mar também nos traz lixo. E também aqui, lixo de todos os tamanhos e de todas as formas, e que pode chegar de todo o mundo.

É assim o mar: um recurso educativo sem fim!

João Paulo Medeiros

MARE, Centro de Ciências do Mar e do Ambiente
A Zona Intertidal como Laboratório Natural

A Zona Costeira é considerada um ambiente extremamente complexo, diversificado e de transição ecológica, desempenhando uma importante função de ligação entre os ecossistemas terrestre e marinho. A zona costeira é, assim, um espaço geográfico que se destaca pelos seus recursos naturais e biodiversidade, bem como pelo seu grande potencial para o desenvolvimento de diversas atividades económicas. Pode ser considerado como um espaço paradoxal que, se por um lado possui uma grande relevância ecológica, apresentando-se como uma área ambientalmente frágil, exigindo estratégias de gestão e proteção, por outro apresenta um elevado potencial económico onde, atualmente, reside cerca de 70% da população mundial e abriga uma variedade de atividades económicas que podem gerar situações de risco quanto à integridade desta região.

A geografia tem uma forte tradição nos estudos das zonas costeiras, ocupando-se a Geografia Física da geomorfologia e da morfodinâmica, enquanto estudos relacionados com a densidade populacional e a importância económica das zonas costeiras são objeto de estudo da Geografia Humana. Estes dois ramos da Geografia têm vindo a combinar os seus conhecimentos visando o atual conceito de Gestão Integrada da Zona Costeira. No entanto, as zonas costeiras são

sistemas altamente complexos e é, precisamente, desta complexidade que resulta uma abordagem multi e interdisciplinar, que para além da Geografia e da Geologia, disciplinas como a Biologia, a Ecologia, o Direito, a Sociologia e o Planeamento Urbano têm vindo a contribuir para um maior e melhor conhecimento científico destas áreas.

As zonas costeiras albergam a maior parte da vida marinha pela abundância de luz e pelas águas costeiras serem, geralmente, ricas em nutrientes que permitem aos organismos fotossintéticos crescerem a uma taxa elevada e em grande profusão, fornecendo grandes quantidades de alimento e proporcionando, em paralelo com o tipo de substrato da zona litoral, habitats para uma grande diversidade de animais como peixes, artrópodes, moluscos, equinodermes e mamíferos. A Zona Intertidal, comumente designada por zona entre-marés, é a denominação dada nos ambientes marinhos à zona do substrato litoral que apenas se encontra exposta ao ar durante a maré-baixa, ficando submersa com a subida da maré. Os organismos intertidais não se distribuem homogeneamente na zona entre-marés, agrupando-se de forma condicionada por fatores físicos, químicos e biológicos. Esta divisão característica, a que se dá o nome de Zonação Intertidal, não corresponde a limites exatos, em termos métricos ou em relação aos níveis das marés (embora dependa destes), pelo que a sua identificação é feita pela localização de povoaamentos dos organismos típicos de cada um dos chamados Andares do Sistema Litoral.

O conhecimento destes ecossistemas, ao nível do seu substrato geológico e da sua biodiversidade, constitui um instrumento essencial para a formação e sensibilização da comunidade em geral sobre a necessidade de preservação destes espaços naturais. Neste sentido, a Educação Ambiental tem-se destacado como sendo um instrumento fundamental nos processos de formação e sensibilização da comunidade em geral e académica, em particular. O MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente tem vindo a desenvolver no âmbito da sua responsabilidade social diversas atividades de formação (por exemplo, cursos de formação para professores) e de educação ambiental, visando a comunidade em geral, em parceria com a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica - Ciência Viva, e a comunidade académica no âmbito do projeto “O MARE vai à escola”. Neste último, são desenvolvidas atividades como palestras nas escolas e visitas às praias, sensibilizando e transmitindo conhecimento aos alunos e mostrando aos professores como pode a zona intertidal funcionar como um laboratório natural.

Painel

“O mar na região centro: potencialidades e ameaças”

António Pedro Sá Leal

Surfrider Foundation Europe

Os novos turismo ligados ao mar

1ª Parte – Breve introdução sobre o impacto do Turismo na economia

2ª Parte – Introdução ao conceito de Turismo de Surf

3ª Parte – Como está o Turismo de Surf em Portugal

4ª Parte – Introdução ao conceito de Turismo Sustentável

5ª Parte – A Sustentabilidade e o Turismo de Surf

6ª Parte – O impacto do Turismo de Surf no ambiente

7ª Parte - O turismo de surf sustentável – algumas ideias para o futuro

Gonçalo Henriques

HALIOTIS

Os novos turismo ligados ao mar

Foi em Peniche que começou o projeto Haliotis. Infraestruturas acima da média e um modo de operar otimizado fizeram deste projecto uma referência no mundo do mergulho português. Mas nada disto teria sido possível sem as Berlengas. Desde 1465, no reinado de D. Afonso V, que as berlengas têm estatuto de zona protegida. São, sem dúvida, a zona mais apelativa para o mergulho no continente português. As suas famosas visibilidades e riqueza dos fundos

marinhos são um tremendo apelo para os mergulhadores que sonham com experiências mais emocionantes.

Quem já experimentou os mergulhos de paredes cobertas de Gorgóneas, os cardumes infindáveis de pelágicos no Outono com os seus predadores em perseguição sabe que só em longínquas paragens se podem superar as emoções conseguidas aqui. Baías de águas turquesa, repletas de peixes confiantes, rochedos batidos pelo Atlântico, com cardumes infindáveis de Sargos, há todo um sem-fim de sítios de mergulho para todos os níveis de mergulhadores.

O centro continua a ser um exemplo de qualidade e funcionalidade, continuamente melhorado, recebe em 2012 uma nova embarcação, Lascaris, que mais uma vez se tornará a referência para o mergulho em Portugal.

O Peixe-lua é o ex libris das Berlengas. De nome científico *Mola mola*, é o maior peixe ósseo conhecido, podendo atingir 3 metros de altura e 2300 Kg de peso. As grandes fêmeas podem pôr numa só postura 300 000 000 de ovos. Apresenta comportamentos deveras curiosos como o facto de “descansar” de lado na superfície, o que faz com que o seu brilho seja reflectido e visível à distância, estando provavelmente este hábito directamente ligado ao seu nome. É também notório o facto de saltar repetidamente fora de água, frequentemente em cardume, o que proporciona um espectáculo realmente interessante.

Actualmente, a chegada dos Peixes-lua à Berlenga, no fim do Verão, é motivo de expectativa, havendo já grupos de mergulhadores que vêm da Alemanha e França para observar este fenómeno.

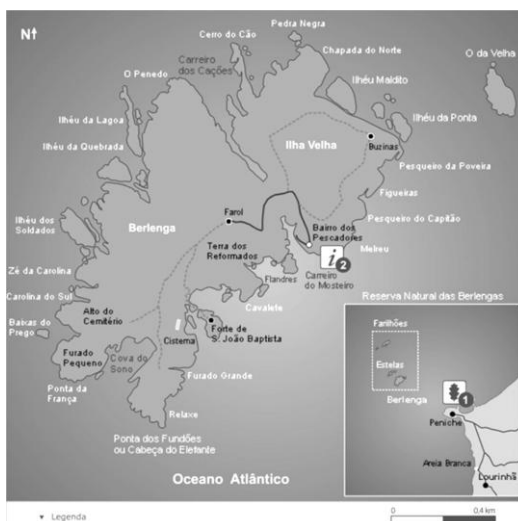
Berlengas

O pequeno arquipélago das Berlengas, situado a cerca de 10km a oeste de Peniche, é constituído pela ilha da Berlenga Grande e recifes adjacentes, as Estelas e os Farilhões-Forcados, estando classificado como Reserva Natural desde 3 de Setembro de 1981.

A Reserva Natural da Berlenga é um local único devido à transparência das suas águas e espólio subaquático. É uma reserva marinha e está classificada como "Reserva da Biosfera" pelo Conselho da Europa e desde 2011 "Reserva Mundial da Biosfera", pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).



O arquipélago é constituído por uma ilha, Berlenga Grande e por alguns ilhéus graníticos e rochedos (Estelas e Farilhões) e fica a 7 milhas do Cabo Carvoeiro a noroeste de Peniche. A Berlenga Grande avista-se do território continental quando não há neblina. Podemos encontrar aqui espécies endémicas de flora, além de ser local de eleição para a nidificação de aves marinhas.



Na Berlenga sobre o ilhéu, ergue-se o Forte de São João Baptista, fortaleza militar manuelina, datada de 1502 e ligada à ilha por uma pequena ponte. As pequenas praias de águas transparentes são muito bonitas e ideais para uns bons mergulhos.

O acesso à ilha é feito por barco, o Cabo Avelar Pessoa, que se pode apanhar no porto de Peniche. Demora cerca de 30 minutos a chegar à Berlenga Grande. Poderá regressar ao final da tarde ou pernoitar na fortaleza, existindo também um restaurante na ilha.

Caracterização geográfica

A Reserva Natural das Berlengas compreende uma área muito vasta de reserva marinha situada na envolvente do arquipélago. Extensão total aproximada de 9.560 hectares (área terrestre da Reserva - ca. 104 ha; área marítima - ca. 9.456 ha).

Arquipélago oceânico composto por numerosas ilhas e rochedos de contorno irregular, com encostas escarpadas, dispostas em três grupos: a Berlenga, as Estelas e os Farilhões-Forçadas. O arquipélago fica situado na Plataforma Continental da fachada oeste da Península Ibérica, cerca de 6 milhas para ocidente do Cabo Carvoeiro, junto da cidade de Peniche.

Clima

O Arquipélago das Berlengas localiza-se numa região de clima temperado marítimo, caracterizada por Verões frescos com temperaturas médias mensais inferiores a 20°C e máximas diárias que raramente ultrapassam os 32°C, e por, Invernos tépidos com temperaturas médias mensais superiores a 10° C e mínimas diárias superiores a 0° C. As amplitudes térmicas são moderadas e os nevoeiros são frequentes durante o Verão. Os ventos são geralmente do quadrante norte durante o fim da Primavera e o Verão, e de sudoeste e oeste durante o resto do ano.

A orientação da linha de costa de Portugal continental, com orientação aproximada Norte-Sul, é também um factor determinante nas características climáticas e oceanográficas, sobretudo durante o Verão. Com efeito, nesta estação, o aquecimento diferencial da superfície do mar e da terra provoca uma brisa marítima durante o dia, a qual reforça a circulação de larga escala associada ao anticiclone dos Açores e dá origem ao regime de vento conhecido como “Nortada”. Estes ventos forçam a superfície do oceano a deslocar-se para o largo, provocando a sua substituição, junto à costa, por água fria proveniente das camadas inferiores da coluna de água. Este fenómeno, conhecido por afloramento costeiro, provoca nevoeiros frequentes durante o Verão ao longo da costa, em consequência do abaixamento da temperatura do ar e consequente condensação da humidade atmosférica, ao mesmo tempo que enriquece a água superficial em nutrientes, os quais são abundantes nas zonas mais profundas.

Micael Sousa

Câmara Municipal de Leiria

Ordenamento e gestão da litoral à escala local

A apresentação tratará das questões de gestão do litoral na perspetiva do Município de Leiria, mais concretamente sobre o caso particular da sua linha de costa na zona da Praia do Pedrogão.

Tendo uma pequena introdução sobre as características físicas locais, a apresentação desenvolve-se abordando os instrumentos de gestão do território para a costa oceânica (Plano de Ordenamento da Orla Costeira - POOC, para a secção Ovar – Marinha Grande) e a sua conjugação com as competências e atuação dos serviços de Planeamento e Ordenamento do Território do Município, bem como o comportamento dinâmico recente da costa e as medidas tomadas de protecção da mesma.

Será abordado e explanado o caso recente dos temporais de janeiro de 2014 em que a Praia do Pedrogão foi seriamente afetada pela dinâmica oceânica e agravados localmente os efeitos da erosão costeira.

Em jeito de resumo final serão brevemente referidos os estudos e medidas atuais que a tutela, especialistas e outras entidades prescrevem para uma gestão, ocupação sustentável e preservação da linha de costa.

Visita de Estudo

“Mar e lazer: Nazaré”

Forte de São Miguel Arcanjo (Farol)

Com vista privilegiada sobre a Praia da Nazaré e sobre a Praia do Norte e para falar sobre as temáticas variadas estarão os seguintes técnicos:

- Mestre Carlos Fidalgo (património) – Origens e Formação da Nazaré;
- Dra. Ana Hilário / Dr. Mário Bulhões (história) – Introdução histórica à vila e visita ao Forte;
- Dra. Carla Maurício (biologia) – O Canhão da Nazaré (e as Ondas) e a actividade piscatória (artes de pesca, venda e

transformação do pescado).

Depois segue-se a descida até à praia e marginal, ruas do centro histórico até ao **Estendal de Secagem do Peixe**.

Forte de São Miguel Arcanjo / Farol da Nazaré

“Arquitetura militar moderna abaluartada, quinhentista e seiscentista. Forte costeiro para defesa e vigilância marítima, construído no reinado de S. Sebastião e depois reedificado, passando a integrar a rede de fortificação costeira desenvolvida no contexto da Restauração. Fortificação de planta irregular composta por dois meios baluartes virados a terra e traçado atenalhado virado ao mar. Integra corpo da guarda, armazéns e paiol. Arquitetura de comunicações: farolim contemporâneo, composto por lanterna pintada de vermelho sobre a muralha do forte com altura de 8m; tem sistema iluminante composto por óptica de cristal omnidireccional fixa, de luz branca e alcance luminoso de 14 milhas a uma altitude de 50 m.

Cronologia

1577 - ordem do rei D. Sebastião, talvez aconselhado por Francisco de Holanda, para a construção do forte, cujos alicerces serviriam para um sistema defensivo muito rudimentar;

1593 - planta desenhada por frei Giovanni Vicenzo Casale, representando os lugares da Pederneira, do Sítio e do Porto, assinalando a localização do forte; planta com o projecto do forte, não construído na totalidade;

1595 - nomeação de um capitão para a vila da Pederneira, encontrando-se o forte equipado com quatro peças de artilharia e guarnecido com um bombardeiro;

1639 - D. Tomás de Almeida, administrador da Casa de Nossa Senhora da Nazaré, e Manuel Gomes Pereira, capitão da Pederneira, exercendo autoridade militar sobre o forte, mandaram construir nova fortaleza a partir de projecto de remodelação do engenheiro Mateus do Couto (tio);

1641 - conclusão das obras, considerando Manuel Gomes Pereira que o forte se encontra artilhado com seis peças de ferro, dispondo de uma praça para cerca de duzentos homens; 14 outubro - carta da Secretaria do Conselho de Guerra, na qual rei D. João IV pedia informações sobre o estado da fortificação, para saber se necessitava de obras e qual o seu custo;

1644 - novas obras de modernização do forte, ordenadas por D. João IV, a partir da planta de um engenheiro francês não identificado; conclusão das obras atendendo à data inscrita no lintel do portal;

1645 - hipotética visita do rei D. João IV, assinalada numa lápide da muralha da praça de armas (Machado, 2009);

1681 - José António Pereira, filho de Manuel Gomes Pereira, foi nomeado governador do forte;

1762 - o forte estava operacional e devidamente artilhado, encontrando-se ao seu serviço o capitão Agostinho Coelho e o sargento-mor António Teive da Costa;

1807 - durante a primeira invasão francesa, a guarnição de soldados e artilharia foi em auxílio de Lisboa, ficando o forte guarnecido e consertado à custa do povo;

1808 - o forte foi desguarnecido e a sua artilharia levada para Peniche; instalação no forte de uma guarnição francesa de cerca de cinquenta homens; Junho - após diversas investidas dos populares locais, o forte foi cercado e os soldados franceses obrigados a bater em retirada;

1830 - visita do rei D. Miguel ao Mosteiro de Alcobaça, Marinha Grande, Praia da Nazaré e ao Sítio, onde se localiza o forte;

1831 - guarnecimento do forte com duas peças de calibre doze e por um destacamento de milícias da vila de Soure; nova reparação à custa da população local;

1834 - o forte foi palco de escaramuças entre liberais e absolutistas, tendo depois sido desartilhado e sofrido muitos danos até ao final do século 19;

1900 - referência a Gertrudes da Conceição Rodrigues como proprietária das ruínas do forte;

1902 - início do processo de compra por expropriação do forte, sendo-lhe atribuído o valor de cento e vinte mil réis; 1907 - instalação de um farol no forte;

2012 - abertura pontual ao público, devido à presença do surfista Garrett McNamara na Nazaré, para uma melhor observação das ondas gigantes da Praia do Norte;

2013 - instalação de aparelhos de medição da ondulação do mar, projeto de alunos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (2013).



Documentação

Portugal e o mar

Estratégia Nacional para o MAR 2013-2020

Governo Português

CAPÍTULO II – O MAR DE PORTUGAL

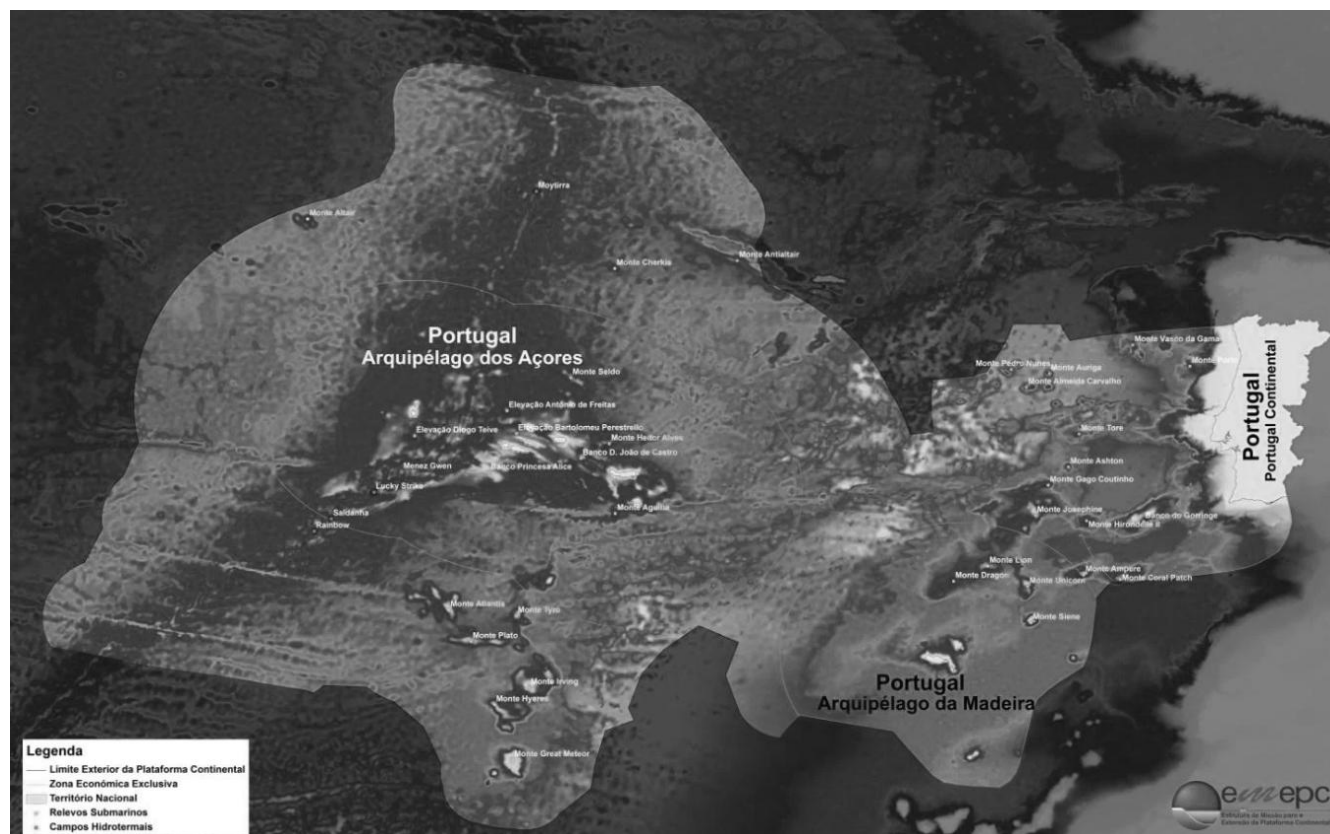
1. Território de referência

O território terrestre de Portugal está confinado à periferia ocidental da Europa, cobrindo uma área aproximadamente com 89.000 km², e ao espaço insular Atlântico, ultra periférico e pouco extenso, correspondente aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, com cerca de 3.000 km².

Considerando apenas a dimensão e as características do seu território terrestre, Portugal é um país com uma dimensão relativamente pequena, parco em recursos naturais e afastado do centro da Europa. Porém, quando considerada a sua dimensão marítima, Portugal é um país imenso e um dos grandes países marítimos do mundo, com um acrescido potencial geoestratégico, geopolítico e económico.

A esta imensa dimensão marítima correspondem grandes desafios mas sobretudo oportunidades sem precedentes para Portugal. Com efeito, este novo território alargado promete um vasto conjunto diversificado de apresentam como

**QUANDO CONSIDERADA A SUA DIMENSÃO MARÍTIMA, PORTUGAL É UM PAÍS
IMENSO E UM DOS GRANDES PAÍSES MARÍTIMOS DO MUNDO**



domínios é conhecido e disponível na parcela emersa, pelo que, a sua exploração económica e a preservação ambiental se de ação estratégicos que, juntamente com a perspetiva de coesão social e territorial, serão indispensáveis para a promoção do desenvolvimento sustentável e sustentado do país.

**A ESTA IMENSA DIMENSÃO MARÍTIMA CORRESPONDEM GRANDES DESAFIOS MAS
SOBRETUDO OPORTUNIDADES SEM PRECEDENTES PARA PORTUGAL**

A esta imensa dimensão marítima correspondem grandes desafios mas sobretudo oportunidades sem precedentes para Portugal. Contudo, para além dos direitos inerentes à sua dimensão marítima, Portugal está igualmente adstrito ao cumprimento das respetivas obrigações internacionais, bem como das suas responsabilidades nas áreas da espacialização do mar e leito marinho, da vigilância e controlo das atividades que nele têm lugar e da monitorização do seu ambiente e ecossistemas, num quadro de governação internacional dos oceanos.

**PARA ALÉM DOS DIREITOS INERENTES À SUA DIMENSÃO MARÍTIMA, PORTUGAL ESTÁ IGUALMENTE
ADSTRITO AO CUMPRIMENTO DAS RESPETIVAS OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS, NOMEADAMENTE NO
ÂMBITO DA ESPACIALIZAÇÃO DO MAR E LEITO MARINHO, DA VIGILÂNCIA E CONTROLO DAS
ATIVIDADES E DA MONITORIZAÇÃO DO AMBIENTE E ECOSSISTEMAS NUM
QUADRO DE GOVERNAÇÃO INTERNACIONAL DOS OCEANOS**

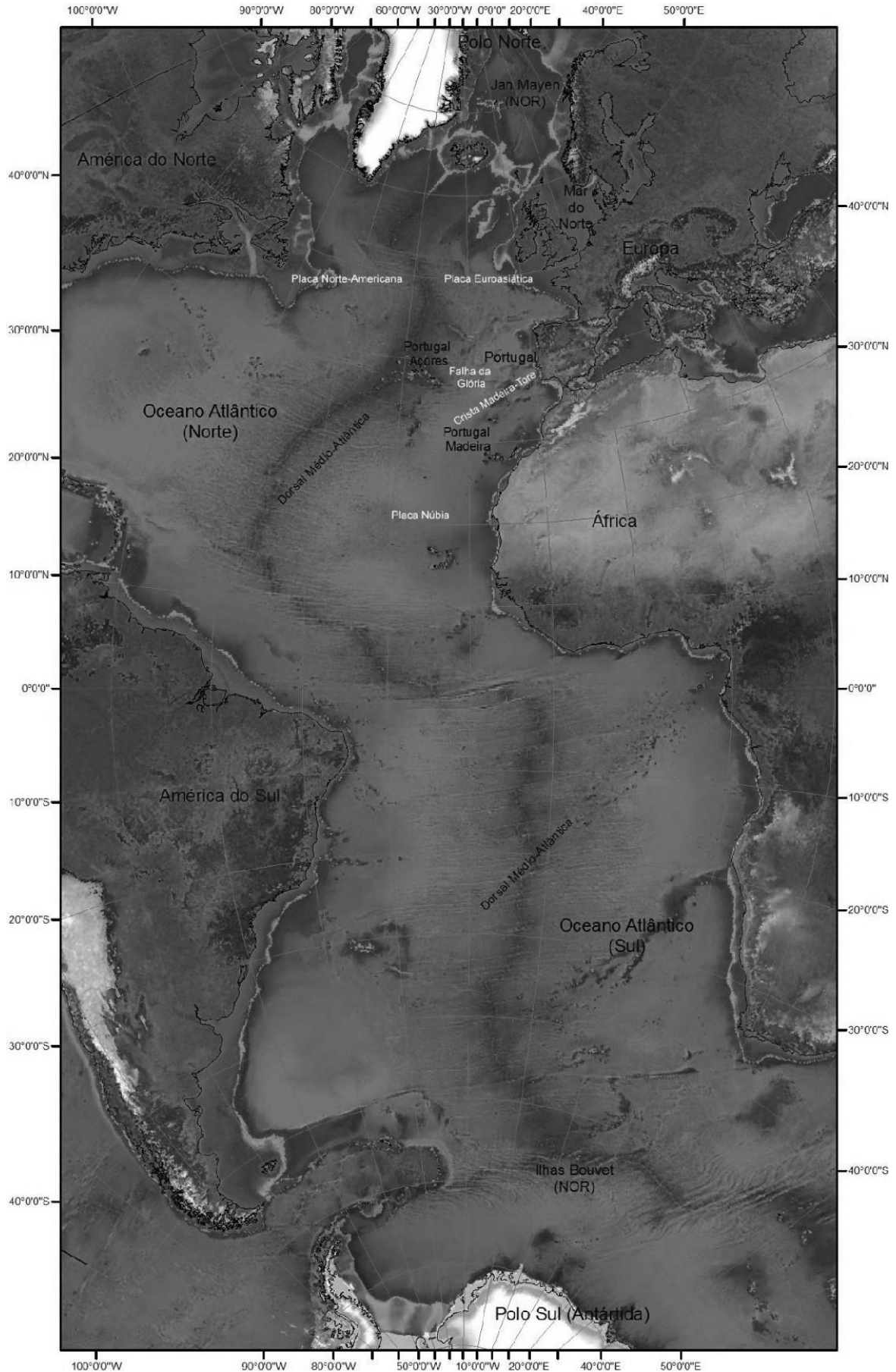
A dimensão marítima do território português possibilita, também, uma nova centralidade ao espaço europeu, constituindo um eixo sem paralelo na ligação entre três continentes, nas direções este-oeste e norte-sul, e conferindo a Portugal um posicionamento geoestratégico ímpar e, conseqüentemente, reforçando em grande medida a sua capacidade de afirmação e intervenção internacional.

Portugal possui uma geografia e um ordenamento territorial predominantemente litorais, encontrando-se todos os seus centros de decisão voltados para o mar. Por outro lado, Lisboa é a única capital Atlântica do espaço europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira estendem a UE para o interior do espaço Atlântico. Em resultado, Portugal, como um todo, define uma charneira nas ligações intercontinentais e com os Estados europeus não costeiros.

**NO MAR DE PORTUGAL, À GEOGRAFIA E À
DIMENSÃO, JUNTA-SE A IDENTIDADE MARÍTIMA
DE UM POVO QUE AMBICIONA, NOVAMENTE,
PORTUGAL NO MAR**

No Mar de Portugal, à geografia e à dimensão, junta-se a identidade marítima de um povo que ambiciona, novamente, Portugal no mar. Estas características são suficientes para tornar único o território de Portugal, e fazem do espaço do Atlântico Norte que é português, o Mar-Portugal, um território de referência.

2. A geografia



A bacia Atlântica apresenta uma área total aproximada de 106.000.000 km², correspondente a cerca de 20% da superfície da Terra e a cerca de 26% da sua superfície líquida, dimensões que fazem deste Oceano o segundo maior da Terra.

O Atlântico estende-se, em latitude, do Polo Norte ao Polo Sul, do Oceano Ártico ao Continente Antártico e, em longitude, dos continentes Europeu e Africano, às Américas do Norte, Central e do Sul.

O leito marinho Atlântico apresenta uma fisiografia extremamente variada. Nele, o Mar-Portugal compreende o bordo costeiro do território continental português emerso, com as suas ricas zonas estuarinas e lagunares no continente e os seus litorais rochosos e arenosos.

Ao contrário da região Atlântica do norte da Europa, correspondente ao Mar do Norte, onde as profundidades são em regra baixas e as plataformas continentais geológicas são amplas, a plataforma continental geológica adjacente a Portugal Continental é, em geral, estreita e os taludes continentais são sulcados por proeminentes canhões submarinos que desembocam em vastas planícies abissais.

O espaço central do Mar-Portugal é a zona de interseção de três placas tectónicas: a Euroasiática e a Núbia, a leste, e a Norte-Americana, a oeste.

As nove ilhas do arquipélago dos Açores distribuem-se por estas estruturas geológicas. O grupo Ocidental, composto pelas ilhas do Corvo e das Flores, encontra-se na placa Norte-Americana, geologicamente isolada das restantes por uma cadeia linear de montanhas submarinas, a dorsal Médio-Atlântica, que se estende das ilhas norueguesas de Svalbard e Jan Mayen, até às ilhas Bouvet, na interseção, a sul, entre os oceanos Índico e Atlântico. As restantes ilhas do arquipélago distribuem-se ao longo da fronteira entre as placas Euroasiática e Núbia, estendendo-se para leste até Portugal Continental, através de uma importante estrutura geológica submarina, a falha da Glória.

A complexa evolução geológica do Atlântico contribuiu, ainda, para a formação de numerosos montes submarinos que pontuam toda a área do Atlântico Norte.

Neste extenso espaço marítimo, os topos dos montes submarinos, os longos setores da orla costeira, os vastos domínios ultra-profundos, as áreas de vulcões de lama a sul de Portugal Continental e os numerosos sistemas hidrotermais presentes na dorsal Médio-Atlântica, nos Açores, encerram, no seu conjunto, ecossistemas oceânicos únicos a nível global e contêm uma vasta biodiversidade marinha ainda não totalmente conhecida.

Para além da espetacularidade dos sistemas hidrotermais da região dos Açores, noutras paragens, bordejando o arquipélago da Madeira, surgem sistemas vivos e não vivos de tão grande ou maior potencial. Estes só agora começam a ser alvo de um reconhecimento mais sistemático, associado a expedições científicas realizadas às estruturas geológicas de primeira grandeza que os contêm, como a Crista Madeira-Tore, uma cadeia de montes submarinos que se estende desde a Ilha da Madeira até à latitude de Peniche

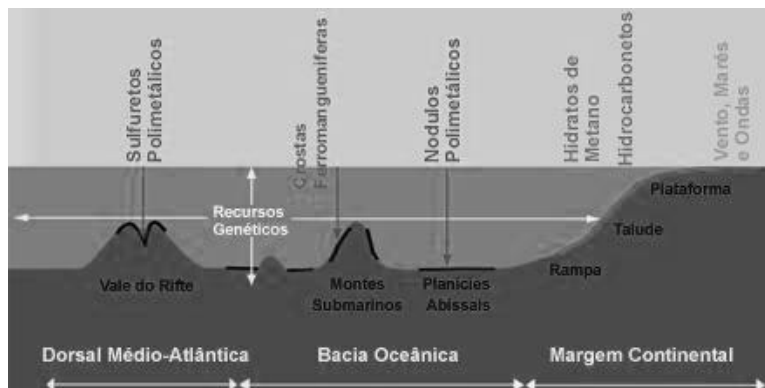
A INTERAÇÃO DAS CORRENTES OCEÂNICAS COM OS FUNDOS MARINHOS E COM A ATMOSFERA AFETA DIARIAMENTE A VIDA DOS PORTUGUESES

A circulação oceânica no Atlântico Norte é instrumental na regulação climática e justifica, por si só, o clima temperado de grande parte do território europeu. A movimentação das massas de água induzida pelo vento faz-se a norte dos Açores, em geral, de oeste para leste, sendo dominante a corrente do Golfo, que define o bordo norte do Giro Subtropical Norte-Atlântico.

Ao chegar ao continente europeu, a corrente do Golfo inverte para sul em direção à Madeira no bordo sueste de Portugal Continental, e, continuando para oeste em direção ao Golfo do México e depois para norte, acaba por fechar o Grande Giro. A partir do Estreito de Gibraltar, são descarregadas águas mediterrânicas que marginam a costa sul de Portugal Continental e inverte para norte no Cabo de S. Vicente, bordejando à sub-superfície toda a costa oeste do território de Portugal Continental e que, também em profundidade, se dirigem para a Madeira.

Na costa oeste de Portugal Continental são frequentes episódios de afloramentos de águas frias profundas e ricas em nutrientes que são provocados pelo vento que sopra de norte ao longo da costa.

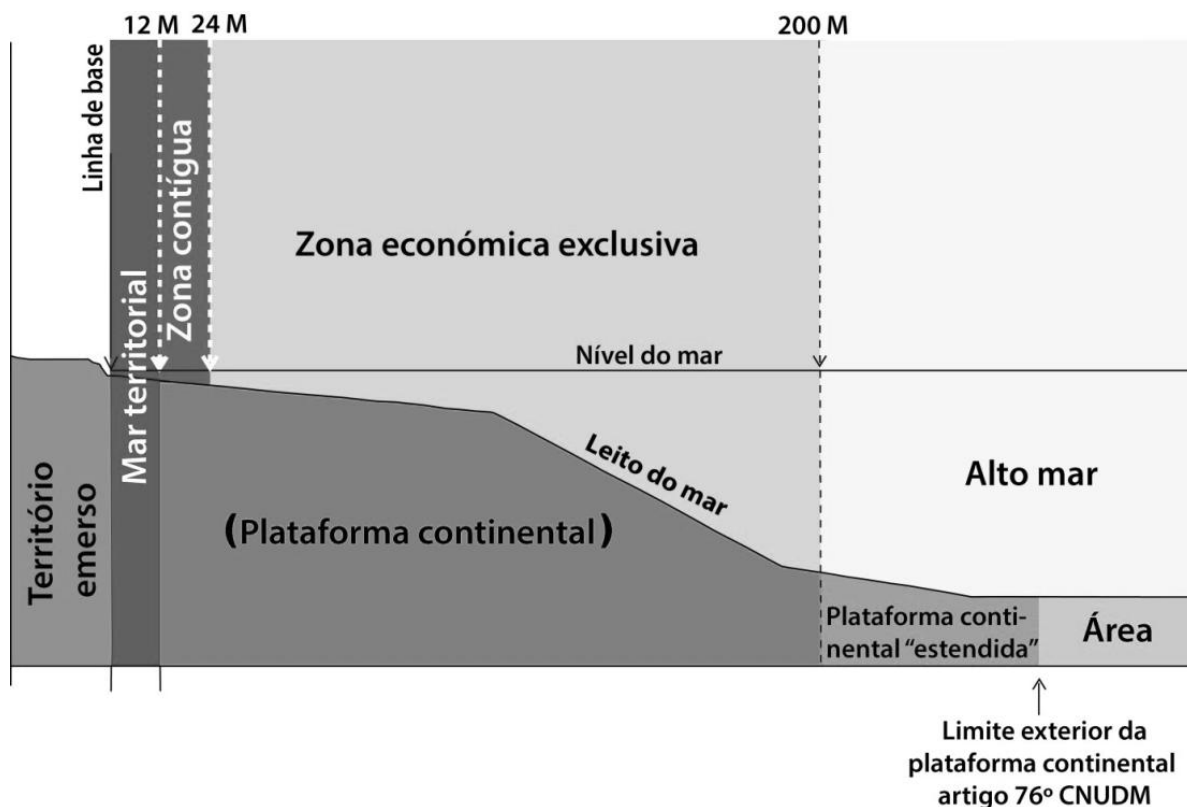
A interação das correntes oceânicas com os fundos marinhos e com a atmosfera afeta diariamente a vida dos portugueses, mesmo daqueles que habitam longe do mar, promove a concentração de biodiversidade no topo dos montes submarinos, afeta a dinâmica e os padrões de distribuição das espécies marinhas e seus habitats, tem implicações nas pescas, na distribuição de algas, no turismo litoral, na existência de períodos de seca e em muitos outros aspetos da nossa vida quotidiana.



3. A dimensão

O MAR-PORTUGAL É UM ESPAÇO DE GRANDE DIMENSÃO E MUITO COMPLEXO, NA NATUREZA E EXTENSÃO DOS SISTEMAS QUE ENCERRA

O Mar-Portugal é um espaço de grande dimensão e muito complexo, na natureza e extensão dos sistemas que encerra. Para além das fronteiras naturais impostas pela Bacia Atlântica, são várias as fronteiras e os limites legais que cruzam o seu espaço, impostos por acordos e convenções internacionais.

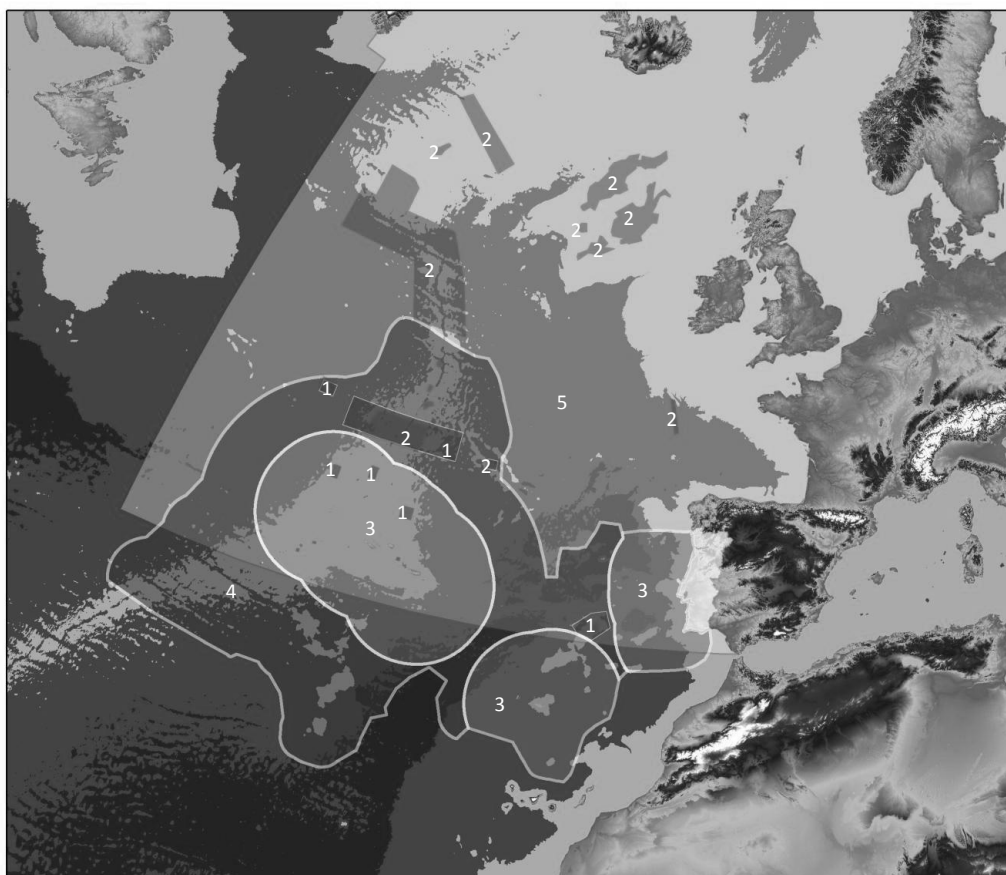


Para lá da ZEE, ou não existindo esta, para lá do mar territorial, a CNUDM determina a aplicação do regime do alto mar para a coluna de água, consagrando a liberdade de uso para fins pacíficos. Justaposta à ZEE e, parcialmente, ao alto mar, estão ainda definidos outros espaços de relevo orientados para a gestão e conservação do meio ambiente, tais como, a título de exemplo, as AMP criadas no âmbito da OSPAR.

**O MAR-PORTUGAL COMPREENDE, NO FUNDO DO MAR,
O LEITO E SUBSOLO MARINHOS QUE DAS COSTAS
NACIONAIS SE PROLONGAM PELO MAR TERRITORIAL
ATÉ AO LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA
CONTINENTAL. QUANDO CONSIDERADA A COLUNA
DE ÁGUA PORTUGAL DETÉM UMA DAS MAIORES ZEE NO
ATLÂNTICO NORTE E DO MUNDO**

Tendo em vista a regulação e mitigação de impactos da pesca, a Comissão de Pescas do Nordeste Atlântico (NEAFC) definiu polígonos de interdição ou reserva de pescas que têm influência direta sobre algumas áreas OSPAR classificadas por Portugal.

Importa, igualmente, realçar os desenvolvimentos registados no quadro da CDB, designadamente no que respeita ao processo de descrição e repositório das AMP que cumprem os critérios quanto ao significado ecológico e biológico.



Legenda

- | | | | |
|---|--|---|---|
| 1 | Áreas Marinhas Protegidas (AMP) | 3 | Zona Económica Exclusiva |
| 2 | Áreas North East Atlantic Fisheries Commission | 4 | Limite Exterior da Plataforma Continental |
| 5 | Área OSPAR | | |

4. A identidade marítima

**O MAR TEM SIDO UM ELEMENTO MARCANTE NA HISTÓRIA DE PORTUGAL.
A LIGAÇÃO DE PORTUGAL AO MAR GANHOU MAIOR RELEVÂNCIA DURANTE A ÉPOCA DOS
DESCOBRIMENTOS E MARCOU DECISIVAMENTE O INÍCIO DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO**

O Mar tem sido um elemento marcante na História de Portugal. A ligação de Portugal ao mar ganhou maior relevância durante a época dos Descobrimentos e marcou decisivamente o início do processo de globalização.

As trocas comerciais, culturais, científicas e tecnológicas daí resultantes promoveram o grande desenvolvimento do nosso país e marcaram definitivamente os processos de transmissão de conhecimento e de interação entre os povos. Foi no quadro desse contexto histórico que se desenvolveu um país com um caráter fortemente marítimo, expresso em valores históricos e culturais que, no seu todo, nos definem e que sublinham uma relação fortemente afetiva dos portugueses com o mar. Daí Portugal ser um dos Estados subscritores da Convenção sobre o Património Cultural Subaquático da UNESCO, de 2001, reconhecendo o seu papel de relevo na maritimidade mundial.

**COM A EXECUÇÃO DA ENM2013-2020, PORTUGAL QUER VOLTAR A ASSUMIR-SE COMO UM PAÍS
MARÍTIMO POR EXCELÊNCIA, QUE VIVE COM O MAR, QUE TRAZ O MAR À EUROPA
E QUE VOLTA A EUROPA PARA O MAR.**

A evolução política e social, especialmente durante o último quartel do século XX com a integração na UE, determinou uma orientação do país para o espaço Europeu e um afastamento gradual da sua vocação Atlântica.

Com a execução da ENM2013-2020, Portugal quer voltar a assumir-se como um país marítimo por excelência, que vive com o mar, que traz o mar à Europa, e que volta a Europa para o mar.

**O CÓDIGO GENÉTICO DO NOVO PORTUGAL MARÍTIMO: UM PAÍS DE NATUREZA
ULTRA- PROFUNDA, COM VASTO POTENCIAL EM RECURSOS NATURAIS, UM
PATRIMÓNIO NATURAL ÍMPAR E UMA ENORME CENTRALIDADE GEOESTRATÉGICA**

Portugal é a face atlântica da Europa e a ligação europeia aos mares profundos. Deve, assim, assumir a iniciativa, liderando os processos europeus e internacionais relativos à governação marítima, visando fomentar a economia, e valorizar e preservar aquele que é o seu maior património natural.

Nesse sentido, é necessário recriar uma identidade marítima, moderna, que não renegue os valores tradicionais, mas que esteja virada para o futuro e potencie um novo espírito das descobertas, orientado para a criatividade na conceção, empreendedorismo na preparação e pro-atividade na ação, concretizando as oportunidades que o Mar-Portugal oferece.

Estas são as múltiplas dimensões do território de referência Mar-Portugal. No seu conjunto, definem o código genético do novo Portugal Marítimo: um país de natureza ultra-profunda, com vasto potencial em recursos naturais, um património natural ímpar, e uma enorme centralidade geoestratégica que é, afinal, um motor de afirmação internacional.

Este código genético é o contexto e substrato da ENM2013-2020, e afirma o mar como desígnio nacional, favorecendo a implementação de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável para o presente e para o futuro de Portugal. (...)



CAPÍTULO III – O MODELO DE DESENVOLVIMENTO

3. Domínios de intervenção

O “CRESCIMENTO AZUL” IDENTIFICA CINCO DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO PREFERENCIAL, DESIGNADAMENTE A ENERGIA AZUL, A AQUICULTURA, O TURISMO, OS RECURSOS MINERAIS MARINHOS E A BIOTECNOLOGIA AZUL

O “Crescimento Azul” identifica cinco domínios estratégicos de intervenção preferencial, designadamente a energia azul, a aquicultura, o turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros, os recursos minerais marinhos e a biotecnologia azul. Atualmente, na economia europeia, os setores de atividade referentes aos recursos vivos e não vivos, bem como a outros usos e atividades, embora em estádios díspares de desenvolvimento, têm um peso significativo, estimando-se uma contribuição anual para o valor acrescentado bruto de, pelo menos, 500.000.000.000 euros, e a manutenção de cerca de 5.600.000 de postos de trabalho.

Em Portugal, a monitorização do peso agrupado das atividades do mar na economia encontra-se ainda pouco consolidada nas contas nacionais. Porém, o estudo “O Hypercluster da economia do mar” (SAER/ACL: 2009) refere uma contribuição direta das atividades marítimas em cerca de 2% do PIB com a geração de cerca de 75.000 empregos diretos. Por seu lado, o trabalho “Blue Growth for Portugal: uma visão empresarial da economia do mar” (COTEC: 2012) apresenta perspetivas económicas ligeiramente menos conservadoras, apontando para valores próximos de 2,2% do PIB, embora também refira a falta de consolidação nas contas nacionais que permita obter uma amostragem mais contextualizada. Igualmente, segundo o documento “Economia do mar em Portugal”, coordenado em 2012 pela Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), e que envolveu um conjunto alargado de representantes institucionais dos sectores, a economia do mar em termos diretos representava em 2010 cerca de 2,5% do valor acrescentado bruto e 2,3% do emprego nacionais.

Entretanto, o “Relatório para o crescimento sustentável – uma visão pós-troika” apresentado em Dezembro de 2012 pela Plataforma para o Crescimento Sustentável, defende cinco orientações estratégicas para que o mar seja assumido como motor de desenvolvimento e de afirmação de Portugal no mundo: reorganizar, reestruturar e regular a economia do mar; criar uma marca distintiva ancorada na aproximação dos portugueses ao mar; reforçar o conhecimento, a ciência e tecnologia e as competências na área do mar; estabelecer um novo modelo de financiamento e de governação do mar; e proteger os oceanos das consequências das alterações climáticas.

O modelo de desenvolvimento adotado no âmbito da ENM2013-2020 pretende ser suficientemente abrangente para ser aplicável a todos os domínios de intervenção, sem prejuízo da sua capacidade de atender aos desafios de menores escalas, curta e média duração e com menor incidência no espaço. Os desafios e as oportunidades do sector marítimo pressupõem a valorização do seu potencial e a divisão equitativa dos benefícios obtidos das diferentes atividades que nele estão incluídas.

A ENM2013-2020 PRECONIZA DESDE LOGO QUE DEVERÃO SER PRIORITÁRIA E ESSENCIALMENTE OS PORTUGUESES A POTENCIAREM E A TIRAREM PARTIDO DA EXPLORAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL

Nessa medida, a ENM2013-2020 preconiza desde logo que deverão ser prioritária e essencialmente os portugueses a potenciarem e a tirarem partido da exploração e do desenvolvimento do espaço marítimo nacional.

3.1. Recursos vivos

A pesca e as suas atividades subsidiárias, como a transformação e valorização do pescado, constituem um setor com enorme tradição em Portugal e tem um peso social e económico muito significativo. A pesca tem mantido, nos últimos anos, níveis de captura quase constantes, essencialmente devido ao aumento de eficiência e eficácia da frota resultante da sua progressiva renovação e acompanhada por um decréscimo do número de pescadores e de embarcações registadas.



A pressão do lado da procura tem implicado um consistente registo negativo na balança comercial portuguesa neste setor. A insuficiência na captura poderá ser progressivamente reduzida com o desenvolvimento da aquicultura *onshore* e *offshore*. Esta atividade continua a ser pouco explorada no nosso país, em parte devido às condições físicas adversas do litoral português. A melhoria das técnicas e tecnologias de produção poderão contribuir para um (...) desenvolvimento da aquicultura em Portugal e, dentro desta, da moluscicultura.

Outro setor com potencial de crescimento, no futuro próximo, é o dos recursos genéticos no âmbito do desenvolvimento da biotecnologia marinha e organismos marinhos em bioprodutos com aplicações industriais, farmacêuticas, médicas, cosméticas e tecnológicas, entre outras. Até ao momento, este é um universo que tem vindo a ser, de forma quase exclusiva, apoiado por uma forte componente de I&D.

Em Portugal, a existência de um vasto domínio geográfico ultra-profundo largamente inexplorado e a presença de extremófilos associados, entre outras, às ocorrências hidrotermais nos Açores, bem como às

ocorrências associadas às estruturas submarinas originadas por emissões gasosas de metano, abrem boas perspetivas para o desenvolvimento de produtos de biotecnologia marinha num futuro próximo. Será ainda de referir a crescente expectativa relativamente ao potencial associado ao desenvolvimento da cultura de algas para a produção de biocombustíveis.

3.2. Recursos não vivos

No contexto internacional, as atividades respeitantes à exploração de recursos não vivos têm um enorme potencial de crescimento económico e na criação de emprego.

**AS ATIVIDADES RESPEITANTES À
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NÃO VIVOS
TÊM UM ENORME POTENCIAL DE
CRESCIMENTO**

O potencial em recursos minerais metálicos no meio marinho, em Portugal, inclui minérios de zinco, cobre, cobalto, ouro, prata, manganês, metais de alta tecnologia e terras raras, e agregados não metálicos. Sem prejuízo da sua confirmação através de estudos de pesquisa e prospeção, o contexto geológico do espaço, em particular nas estruturas geológicas da dorsal Médio-atlântica, junto aos Açores, na Crista Madeira-Tore e na extensão da plataforma contígua que se estende da Madeira até à costa oeste de Portugal Continental.

Para a confirmação do potencial dos recursos marinhos nacionais as atividades de prospeção de recursos energéticos convencionais, e em particular dos hidrocarbonetos, têm vindo a aumentar significativamente em Portugal.

Existe igualmente um forte potencial para a exploração económica dos hidratos de metano, com ocorrências confirmadas em todo o domínio *offshore* a sul e sudoeste de Portugal Continental. Porém, o desenvolvimento destes

recursos implicará um incremento na tecnologia existente e suscita questões ambientais que deverão ser resolvidas, nomeadamente no que concerne ao impacto nos ecossistemas do mar profundo caracterizados por graus elevados de endemicidade.

A confirmação da existência dos recursos não vivos poderá contribuir para desenvolvimento de um vasto conjunto de atividades e sectores, desde infraestruturas portuárias e transporte marítimo, à monitorização ambiental e ao desenvolvimento tecnológico.

No que concerne às energias renováveis e face ao limiar de saturação do parque eólico em terra, o desenvolvimento de sistemas para a produção de energia de origem renovável no espaço marítimo nacional torna-se cada vez mais uma oportunidade.

(...)

As condições físicas do litoral português implicarão a otimização da tecnologia existente, nomeadamente da utilização de geradores eólicos flutuantes.

Outras formas de produção de energia poderão ser contempladas num futuro próximo, como a produção a partir das energias das ondas, das marés e das correntes, num setor que tem vindo a ser desenvolvido em Portugal, e para o qual estão a ser concebidos e desenvolvidos diversos projetos de engenharia.

3.3. Outros usos e atividades

3.3.1 Portos, transportes e logística

A atividade da marinha mercante nacional tem vindo a perder dimensão enquanto atividade produtiva, não tendo conseguido acompanhar a concorrência criada pela liberalização do setor. Este decréscimo foi acompanhado por um declínio do setor da construção naval, materializado no encerramento de vários estaleiros e na redução da capacidade de muitos outros.

**NA REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO NAVAL,
PORTUGAL CONTINUA A SER UM PAÍS COM
RELEVO INTERNACIONAL NESTE SETOR**



O reordenamento dos estaleiros nacionais, com concentração de competências e especialização em segmentos inovadores de mercado, poderá reverter a situação atual da construção naval em Portugal.

Na reparação e manutenção naval, a situação é mais favorável, já que Portugal continua a ser um país com relevo internacional neste setor, sobretudo através de estaleiros detentores de quotas relevantes, possuindo um dos principais estaleiros de reparação naval da Europa e o terceiro do mundo nalguns segmentos de mercado.

O setor dos portos comerciais tem tido um desenvolvimento económico significativo, acompanhado de uma diversificação da oferta de infraestruturas e serviços portuários, associado a um aumento da disponibilidade de competências e capacidades para atender tráfegos com requisitos significativos, como sejam a importação/exportação e *transshipment* de carga contentorizada ou os produtos petrolíferos, gás natural e carvão.



O alargamento do Canal do Panamá, operacional em 2014, permitirá a passagem de navios de ainda maior porte e capacidade de carga.

Portugal detém um posicionamento estratégico na fachada atlântica da Península Ibérica e no cruzamento das principais rotas de tráfego marítimo norte-sul e este-oeste, cujo cabal aproveitamento deverá ser feito com base em portos capazes de receber os maiores navios do tráfego intercontinental, nomeadamente porta-contentores.

**PORTUGAL DETÉM UM POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO NA FACHADA ATLÂNTICA DA
PENÍNSULA IBÉRICA E NO CRUZAMENTO DAS PRINCIPAIS ROTAS DE
TRÁFEGO MARÍTIMO NORTE-SUL E ESTE-OESTE**

O porto de Sines é um dos poucos portos de águas profundas à escala europeia, sendo atualmente um dos raros portos na fachada atlântica da costa ibérica capaz de responder àqueles requisitos, podendo constituir-se como uma porta de entrada e saída de mercadorias na Europa de grande relevo.

Será igualmente de assinalar que o Plano Estratégico dos Transportes, publicado em Novembro de 2011, prevê o estudo de viabilidade de um novo terminal de contentores na Trafaria, também com capacidade para receção de navios do tráfego intercontinental, o qual, a concretizar-se, acrescentará um novo terminal no território nacional capaz de responder àqueles requisitos.

Por sua vez, a aposta, no contexto da Estratégia Europa 2020, no desenvolvimento da infraestrutura da rede de transportes da Europa, com base na inovação e abordando os desafios ambientais, climáticos e energéticos, através de sistemas de transportes não poluentes e de baixo nível de emissão de carbono, incentiva a transferência do tráfego de mercadorias intraeuropeu com distâncias superiores a 300 km para os modos ferroviário, marítimo e fluvial, promovendo o transporte marítimo de curta distância e a dinamização das autoestradas do mar, potenciando o desenvolvimento do setor marítimo portuário.

O contexto atual é, portanto, favorável a um crescimento continuado neste setor.

Os portos de pesca e varadouros carecem de uma reestruturação e reordenamento à escala nacional. Esta tarefa implica um estudo socioeconómico detalhado das comunidades ribeirinhas que lhes estão associadas, das cadeias de valor por eles gerados, da suficiência das infraestruturas de apoio, da sua manutenção e das condições naturais neles existentes, numa ótica de custo-benefício. O reordenamento deste setor deverá ser articulado com o setor dos portos e marinas de recreio, tendo em vista a criação de sinergias e simultaneamente a mitigação de potenciais conflitos no uso do espaço litoral nacional.

3.3.2. Recreio, desporto e turismo

A náutica de recreio e os cruzeiros de turismo são setores que no curto prazo têm um significativo potencial de crescimento em Portugal.

**É DE ESPERAR QUE O TURISMO ASSOCIADO A ATIVIDADES NÁUTICAS POSSA TER UM
INCREMENTO MUITO FORTE NOS PRÓXIMOS ANOS**



A atividade com mais impacto neste conjunto é o turismo litoral (Sol e Mar), onde é de esperar que o turismo associado a atividades náuticas possa ter um incremento muito forte nos próximos anos, para o que terão que ser criadas, num quadro ordenado, as necessárias infraestruturas de apoio, como marinas e centros náuticos e reparação naval. Estes poderão ser catalisadores do incremento de atividades desportivas, que por si só contribuam para dinamizar o setor e, paralelamente, reforçar uma política de comunicação e educação que consolide a imagem de Portugal como um país de forte identidade marítima.

A internacionalização de atividades desportivas, da qual o surf é um bom exemplo, com a classificação de Peniche como a “Capital da Onda”, contribui ativamente para o reforço desta identidade, em particular junto das camadas mais jovens. Acresce ainda que, neste domínio, a projeção dos desportos náuticos em Portugal tornam o nosso país referência mundial em modalidades como a vela e a canoagem.

De igual forma, a criação de parques arqueológicos subaquáticos poderá potenciar o desenvolvimento de um setor turístico de valor acrescentado à escala local, à semelhança do que já se verifica com os Parques Arqueológicos da Baía de Angra, criado em 2005, e do Dori, em 2012, ambos localizados na região autónoma dos Açores. As atividades ligadas à observação de cetáceos e outras espécies marinhas reveste-se igualmente de particular importância nos Arquipélagos dos Açores, da Madeira e do Continente. Também o designado turismo de bem-estar poderá assumir um papel de relevo, principalmente nas regiões insulares, promovido, por exemplo, pelas qualidades medicinais e terapêuticas reconhecidas nas areias e argilas da ilha de Porto Santo, bem como pelas águas termais que são exploradas na orla costeira de algumas ilhas do arquipélago dos Açores e que têm conduzido a um rejuvenescimento das infraestruturas termais e a uma aposta na qualidade deste setor turístico.

3.3.3. Obras marítimas

Finalmente, segundo uma análise de risco sustentado, a dinâmica e os processos inerentes ao sistema integrado oceano-atmosfera impõem a execução de obras marítimas de defesa costeira e a disponibilidade de alerta precoce requerendo abordagens científica e técnica específicas.



Dinâmica histórica e das tendências futuras

↑ - aumento; → - estabilização; ↓ - redução (da atividade ou do impacto no meio marinho)

Atividade	Histórico (~1994-2009)		Tendências (~2010-2020)	
	Dinâmica socio-económica	Dinâmica de degradação das águas marinhas	Dinâmica socio-económica	Dinâmica de degradação das águas marinhas
Pesca comercial	↓	→	→	→
Indústria transformadora e da aquicultura	→	→	↑	→
Aquicultura	→	→	↑	→
Apanha de algas e outros produtos para alimentação	↓	→	→	→
Bioprospeção e extração de recursos genéticos.	negligenciável	negligenciável	↑	→
Construção e reparação navais	↓	→	→	→
Atividade portuária	↑	→	↑	→
Transporte marítimo	↑	→	↑	→
Turismo e lazer	↑	→	↑	→
Extração de recursos geológicos não energéticos	negligenciável	negligenciável	↑	→
Extração de sal marinho	→	→	→	→
Pesquisa e exploração de petróleo e gás	↑	negligenciável	↑	→
Energias renováveis	↑	→	↑	→
Obras de defesa de costa, conquista de terras e proteção contra cheias	↑	→	↑	→
Cabos e pipelines submarinos	→	→	↑	→
Captação e dessalinização de água	-	negligenciável	-	→
Imersão de resíduos	-	→	-	→
Descarga de águas residuais	-	↓	-	↓
Armazenamento de gases	negligenciável	negligenciável	negligenciável	negligenciável
Defesa	→	→	→	→
Atividades educativas e de investigação	↑	-	↑	-

Fonte: MAMAOT (2012). *Estratégia Marinha para a subdivisão do Continente. Diretiva Quadro Estratégia Marinha. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Outubro de 2012.*

CAPÍTULO IV - A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR 2013-2020

1. Visão

O MAR-PORTUGAL É UM DESÍGNIO NACIONAL CUJO POTENCIAL SERÁ CONCRETIZADO PELA VALORIZAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DO OCEANO E DAS ZONAS COSTEIRAS, PARA BENEFÍCIO DE TODOS OS PORTUGUESES

Esta visão é consubstanciada num plano de ação, o Plano Mar-Portugal (PMP), cujo horizonte temporal é fixado para o período 2013-2020. No seu conjunto, o PMP compreende a soma de todos os programas, projetos e ações setoriais e trans-setoriais públicos e privados que decorrem da ENM2013-2020.

O PMP enquadra e potencia sinergias e economias de escala entre todos os atores e setores de desenvolvimento, concorrendo para, numa primeira fase e no curto prazo, criar as condições essenciais à concretização do potencial estratégico marítimo de Portugal e, numa segunda fase, correspondente a um limite temporal mais alargado, permitir a realização plena desse potencial.

O PMP será, tal como toda a ENM2013-2020, um documento dinâmico, aberto às alterações que, por renovação do pensamento estratégico nacional ou por adição, substituição ou extinção de programas e projetos, forem sendo recomendadas por todos os interessados e aprovadas em sede da CIAM.



2. Objetivos

A prossecução da ENM2013-2020, através do plano de ação, compreende os seguintes objetivos:

- Recuperar a identidade marítima nacional num quadro moderno, pró-ativo e empreendedor.
- Concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional, tornando o Mar-Portugal num ativo com benefícios económicos, sociais e ambientais permanentes.
- Criar condições para atrair investimento, nacional e internacional, em todos os setores da economia do mar, promovendo o crescimento, o emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do setor Mar para o PIB nacional em 50%.
- Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento do Oceano e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos e atividades.
- Consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima e como parte incontornável da PMI e da estratégia marítima da UE, nomeadamente para a área do Atlântico.



3. Princípios orientadores

A concretização plena, a eficácia e eficiência da execução e gestão da ENM2013-2020 pressupõe, no quadro do modelo de desenvolvimento adotado, “Crescimento Azul”, a observância do seguinte conjunto de princípios orientadores:



- **Gestão Integrada:** intersetorial, multidisciplinar e transversal, assegurando a coordenação alargada do planeamento e da ação no mar, promovendo a complementaridade da aquisição e uso dos meios, garantindo a subsidiariedade e fortalecendo a agilidade e a adaptabilidade.
- **Precaução:** não utilizando a falta de conhecimento como razão para adiar a tomada de medidas eficazes e economicamente viáveis para evitar a degradação ambiental ou da saúde humana, ou como justificação para a inação na gestão do risco e impedimento para concretizar a exploração do Oceano.
- **Participação efetiva:** de todos, a nível central, regional e local, envolvendo entidades públicas, privadas e a sociedade civil como parceiros fundamentais para a identificação e avaliação de ameaças e para a concretização das oportunidades, assegurando a reflexão e a produção de pensamento estratégico.

4. Arquitetura do Plano Mar Portugal (PMP)

O PMP assenta numa estrutura matricial indexada a Eixos de Ação (EA) – Pesquisa (EA1), Exploração (EA2) e Preservação (EA3), e a Domínios Estratégicos de Desenvolvimento (DED) – Recursos Naturais (DED1) e Outros Usos e Atividades (DED2). Os elementos da Matriz de Ação (MA), gerados pelos EA e pelos DED, definem Áreas Programáticas (AP) que agrupam, sob os conjuntos temáticos descritos no capítulo anterior, diferentes Programas de Ação (PA), desenvolvidos através de Projetos (p). A sustentação, facilitação e promoção na execução do PMP é assegurada por um Eixo de Suporte (ES1) – Governança.

Os EA caracterizam-se por:



EA1 - Pesquisa (conhecer o Oceano) - Ações intrinsecamente ligadas à investigação e ao conhecimento do Oceano, suas interfaces e processos que nele ocorrem, incluindo a descodificação das principais funções e serviços. Compreende ainda iniciativas de base tecnológica para a monitorização do meio marinho ou que conduzam a uma melhoria das condições dos diferentes setores produtivos num contexto de exploração económica.

EA2 - Exploração (viver do Oceano) - Ações dedicadas à valorização do Oceano, dos recursos naturais nele contidos e como um meio onde se desenvolvem diferentes usos e atividades, tendo em vista a concretização dos objetivos fundamentais de desenvolvimento socioeconómico e da produção de riqueza.

EA3 - Preservação (viver com o Oceano) Conjunto de iniciativas e de ações focadas na salvaguarda do ambiente marinho, assegurando a sua sustentabilidade, a mitigação de danos ambientais e a atenuação de pressões que eventualmente decorram do desenvolvimento económico pretendido no quadro do crescimento azul.

Por sua vez os DED são caracterizados por:

DED1 - Recursos Naturais - Engloba o sistema integrado oceano-atmosfera, compreendendo o leito e subsolo marinhos, e os recursos vivos e não vivos nele existentes. O valor económico deste DED inclui, para além da parcela clássica inerente à quantificação dos bens físicos passíveis de exploração, uma parcela relativa aos serviços e funções naturais que o sistema integrado oceano-atmosfera presta em benefício da sociedade.

DED2 – Outros Usos e Atividades - Agregado das ações antrópicas que ocorrem no espaço marítimo e para cuja realização o Oceano é o meio para a concretização da valorização económica, social e ambiental da atividade, incluindo a intervenção sobre os recursos naturais da orla costeira que não visa a exploração extrativa dos recursos vivos e não vivos do mar.

O ES1 - Governação (facilitar, promover e manter a ação), horizontal e estruturante, suporta e dá coerência a todos os estádios de evolução da ação, focando-se no desenvolvimento e execução de medidas por AP, na generalidade transversais, que permitam facilitar e regular a atividade económica, promover um ambiente favorável ao investimento e melhorar o bem-estar social.



Os agentes do PMP compreendem as entidades públicas, privadas e as ONG direta ou indiretamente envolvidas na ação no mar. O empenhamento e papel que assumem em cada EA é diferenciado, variando necessariamente em função do âmbito de atuação. É expectável que o Estado assuma um papel de relevo nos eixos pesquisa e preservação, as ONG no eixo preservação e as entidades privadas prevaleçam no eixo exploração. O ES1-Governação é, sobretudo, iniciativa e responsabilidade do Estado.

À ação no mar é inerente um conjunto de oportunidades e ameaças que carece de continuada identificação e avaliação, participada por todos os agentes. Só assim poderá o PMP ser efetivo, atual e integrador das diferentes vontades e iniciativas. A avaliação facilitará a análise das implicações, positivas (sinergias) e negativas (impactos), associadas às ações a implementar, no quadro fortemente ligado e interdependente de todos os eixos de ação.

A análise de oportunidades e ameaças contribuirá, igualmente, para o estabelecimento de uma visão prospetiva de investimento em diferentes escalas temporais no decurso da execução do PMP, sobretudo para aquelas atividades identificadas como de maior potencial de crescimento. A necessidade prospetiva que daqui decorre é responsabilidade de todos os agentes e tem que ser levada a cabo, num quadro inclusivo e cooperativo, por um fórum dedicado à produção de pensamento estratégico. Este deverá promover a reflexão estratégica assegurando a construção de cenários que enformem, racionalizem e permitam priorizar, ou corrigir, as ações a desenvolver no quadro da MA. A produção de pensamento estratégico permitirá também enquadrar as diferentes ações executivas trans-setoriais, essencialmente da responsabilidade do setor público, que desaguam no eixo de suporte, ou seja, na Governação. Neste âmbito, o PMP, será dinamizado através da CIAM, estrutura de coordenação que definirá os principais intervenientes e as suas atribuições, os meios humanos, financeiros, materiais e de informação a mobilizar e a sua origem, e, finalmente, os indicadores de avaliação a utilizar durante o período de implementação da ENM2013-2020 e respetivo plano de ação.

A execução da ENM2013-2020 através do PMP dá, em suma, prioridade ao desenvolvimento de conhecimento, competências e ferramentas de gestão partilhada, envolvendo todos os agentes, por forma a permitir abordar as causas dos problemas e as soluções possíveis e não, apenas, os seus sintomas. Recorre, para isso, a um modelo de gestão que promove a articulação de políticas e a definição de ações estratégicas e respetivas áreas de intervenção, acrescentando valor e fazendo com que o resultado global seja mais do que a soma das parcelas setoriais

5. O Plano de Ação

O PMP é um documento em atualização permanente, em linha com a permanente produção de pensamento estratégico. Desta forma a definição das AP da MA e do ES1 apresentada no Anexo A e parte integrante da ENM2013-2020, poderá ser objeto de alterações, sempre que necessário.

No Anexo A, a descrição do conteúdo das AP é levada a cabo considerando cada um dos DED que definem a MA, ou seja o DED1 – Recursos Naturais e o DED2 – Outros Usos e Atividades, e seguidamente o ES1 – Governação. O DED1 – Recursos Naturais encerra três subdomínios: o SD1 – Sistema, o SD2 – Recursos Vivos e o SD3 – Recursos Não Vivos.

O detalhe para a execução do PMP é feito no Apêndice ao Anexo A até ao nível dos projetos (p) no âmbito dos PA de cada uma das AP. Os projetos dizem respeito a ações práticas para cuja realização foram já identificados recursos financeiros, materiais e humanos, para as quais está estabelecido um calendário de execução e definido o produto esperado, ou para os quais está em curso o processo de definição detalhada relativa aos calendários de execução e aos recursos necessários

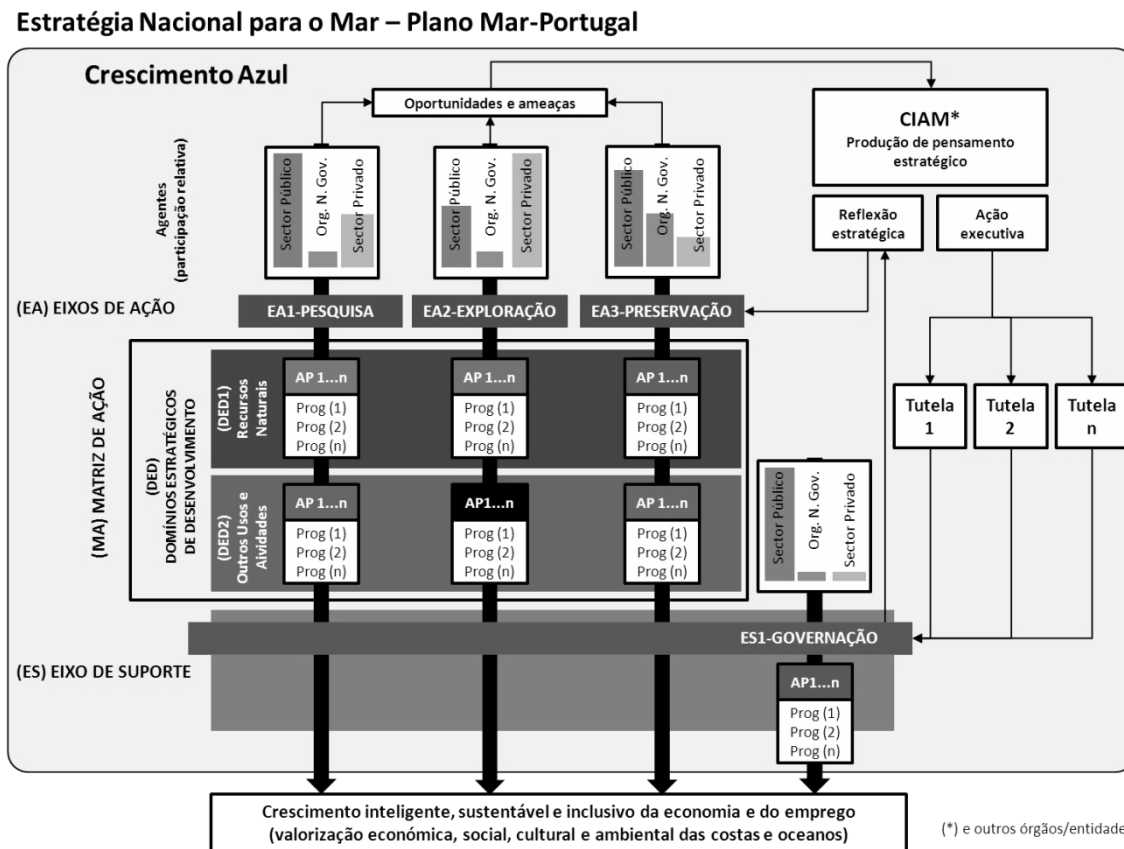


Figura 1 – Enquadramento do modelo de Crescimento Azul no Plano de Ação Mar-Portugal

6. A economia do mar em Portugal

Situação e prospetiva

1. Enquadramento

Foi efetuado um primeiro exercício de monitorização socioeconómica e de cenarização de apoio à Estratégia Nacional para o Mar, exercício esse, que lança as bases para os instrumentos de suporte, neste domínio, ao pensamento e ação estratégicos. Como subprodutos, mas não menos importantes, resultados desta natureza permitem dar resposta atempada e coerente no contexto de outros processos, a saber, a Política Marítima Integrada (PMI), a Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM), o Processo Regular de Avaliação do Estado do Meio Marinho, incluindo aspetos socioeconómicos (Regular Process, Nações Unidas), entre outros. Este exercício, coordenado pela Direção-Geral de Política do Mar, contou com a colaboração de um alargado número de representantes institucionais dos setores, encontrando-se sistematizado no Relatório Técnico “A Economia do Mar em Portugal” (DGPM, 2012).

2. Análise Económica dos usos e atividades de mercado

Apresentam-se os resultados síntese, que incluem valores para alguns indicadores socioeconómicos relevantes, designadamente o Valor Acrescentado Bruto (VAB), a Produção e o Emprego, para um conjunto de usos e atividades mercantis da economia do mar, em Portugal, para o período 2006 a 2010. O âmbito dos apuramentos é nacional, abrangendo o Continente e as Regiões Autónomas.

Em 2010 o VAB total dos usos e atividades analisados foi de 3730 M€, o que representou 2,5% do VAB da economia portuguesa. Este valor inclui apenas a importância direta das atividades analisadas, não considerando os efeitos indiretos na economia, através da aquisição de bens e serviços a outros setores, e do rendimento que proporcionam às famílias através do emprego que geram. A análise efetuada permite, contudo, verificar que o peso dos setores analisados na estrutura da economia portuguesa aumentou ligeiramente no período analisado, passando de 2,2% em 2006, para 2,5% em 2010 (Tabela A.1).

O Emprego total dos usos e atividades da economia do mar em Portugal, aproximou-se, em 2010, dos 109 mil empregados, em equivalente a tempo completo (ETC), o que correspondeu a 2,3% do Emprego nacional. Entre 2006 e 2010 os valores do emprego na economia do mar variaram entre os 106 mil, em 2007, e os 109 mil empregados, entre 2008 e 2010, enquanto o seu peso no Emprego nacional variou entre 2,1% e 2,3% (Tabela A.1).

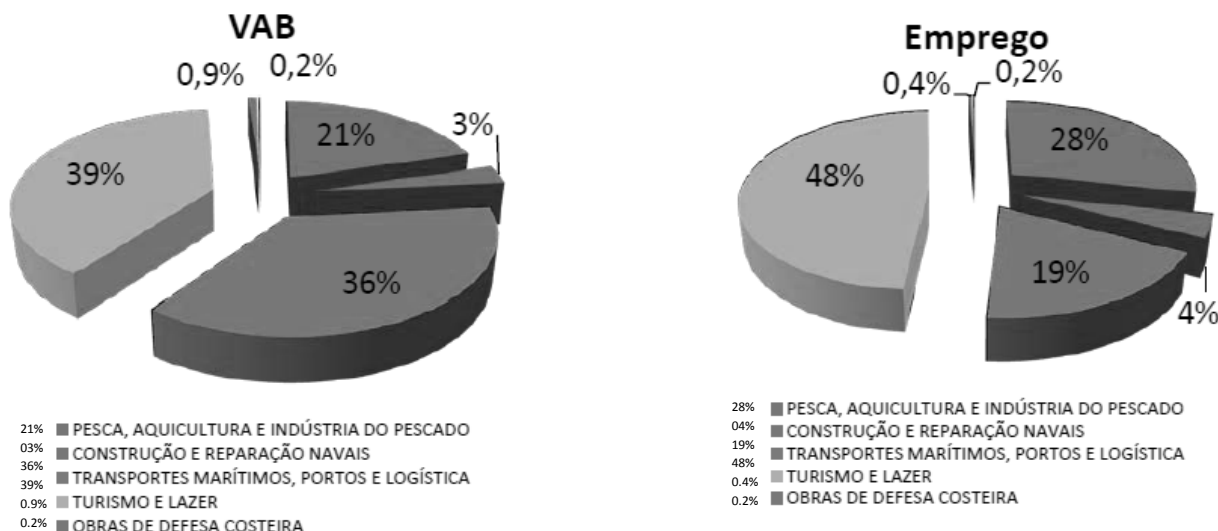
O valor da Produção dos usos e atividades da economia do mar em Portugal atingiu os 8174 M€ em 2010, o que correspondeu a 2,4% da Produção nacional. O peso da produção da economia do mar na produção nacional variou entre 2,3% e 2,4%, de 2006 para 2010 (Tabela A.1).

Tabela A.1 – Indicadores socioeconómicos para a Economia do Mar 2006-2010

	VAB a preços correntes (Milhões de Euros)					Peso no VAB total (%)		Produção a preços correntes (Milhões de Euros)					Peso na Produção Total (%)		Emprego (Milhares de empregados ETC)					Peso no Emprego Total (%)	
	2006	2007	2008	2009	2010	06	10	2006	2007	2008	2009	2010	06	10	2006	2007	2008	2009	2010	06	10
TOTAL DA ECONOMIA NACIONAL	138.350	146.209	149.311	148.703	151.413			298.573	317.576	330.273	311.365	323.612			4.990	4.987	5.011	4.875	4.793		
ECONOMIA DO MAR (USOS E ATIVIDADES DE MERCADO ESTABELECIDOS - 1.+2.+3.+4.+5.+6.)	3.104	3.397	3.511	3.457	3.730	2,2%	2,5%	6.725	7.428	7.818	7.489	8.174	2,3%	2,4%	108	106	109	109	109	2,2%	2,3%
ECONOMIA DO MAR (SETORES DO HYPERCLUSTER - 1.+2.+3.+4.2.)	1.855	2.054	2.263	2.101	2.343	1,3%	1,5%	4.193	4.692	5.046	4.740	5.323	1,4%	1,5%	60	58	58	60	60	1,2%	1,3%
1. PESCA, AQUICULTURA E INDÚSTRIA DO PESCADO	732,6	772,1	802,6	742,3	763,1	0,5%	0,5%	1.646,9	1.776,3	1.868,1	1.765,7	1.772,8	0,6%	0,6%	32,4	31,6	31,5	31,1	30,9	0,6%	0,6%
1.1. Pesca Comercial	386,2	402,1	408,4	373,3	367,4	52,7%	48,1%	538,3	564,8	581,3	536,0	559,8	32,7%	31,1%	12,0	11,5	11,3	11,2	11,3	37,1%	36,5%
1.2. Aquicultura	1,9	2,0	2,0	2,7	24,3	0,3%	3,2%	42,4	44,5	45,8	42,2	44,2	2,6%	2,5%	2,5	2,3	2,3	2,3	2,3	7,6%	7,5%
1.3. Indústria Transformadora dos Produtos da Pesca e da Aquicultura	344,4	367,9	392,1	366,3	371,3	47,0%	48,7%	1.066,2	1.167,0	1.241,0	1.187,6	1.168,8	64,7%	66,4%	17,9	17,8	17,9	17,6	17,3	55,3%	56,0%
2. CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAIS	118,5	131,5	154,4	135,7	113,4	0,1%	0,1%	352,1	396,7	469,1	390,7	346,2	0,1%	0,1%	5,2	5,6	5,6	5,9	4,4	0,1%	0,1%
3. TRANSPORTES MARÍTIMOS, PORTOS E LOGÍSTICA	906,4	1.046,5	1.202,1	1.111,6	1.358,4	0,7%	0,9%	2.018,5	2.329,2	2.520,4	2.388,4	3.018,6	0,7%	0,8%	17,9	16,4	16,9	19,0	20,4	0,4%	0,4%
3.1. Atividade Portuária	798,5	913,1	1.075,2	982,0	1.230,4	88,1%	90,6%	1.570,5	1.797,8	1.991,8	1.942,7	2.571,5	77,8%	79,0%	15,2	13,9	14,4	16,5	17,7	85,3%	86,8%
3.2. Transporte Marítimo	107,9	133,4	126,9	129,6	128,0	11,9%	9,4%	448,1	531,4	528,6	445,7	447,1	22,2%	21,0%	2,6	2,5	2,5	2,5	2,7	14,7%	13,2%
4. TURISMO E LAZER	1.321,7	1.418,0	1.309,0	1.430,1	1.456,6	1,0%	1,0%	2.627,4	2.828,7	2.843,6	2.807,0	2.894,2	0,9%	0,9%	51,5	52,2	54,3	52,6	52,4	1,0%	1,1%
4.1. Turismo costeiro (inclui utilização balnear)	1.229,3	1.320,4	1.211,2	1.325,6	1.355,6	93,0%	93,1%	2.464,8	2.652,7	2.670,6	2.628,3	2.723,7	93,8%	93,9%	47,6	48,3	50,4	49,0	48,8	92,6%	93,0%
4.2. Náutica (inclui Turismo náutico (Náutica de recreio e Náutica	92,4	97,6	97,8	104,5	101,0	7,0%	6,9%	162,6	176,0	173,0	178,7	170,4	6,2%	6,1%	3,8	3,8	3,8	3,6	3,6	7,4%	7,0%
5. OBRAS DE DEFESA COSTEIRA	16,8	20,7	37,0	31,3	31,9	0,01%	0,02%	65,7	81,9	103,3	124,6	128,2	0,02%	0,03%	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,01%	0,01%
6. EXTRAÇÃO DE SAL MARINHO	7,9	7,8	5,5	6,3	6,9	0,01%	0,00%	14,8	15,6	13,9	12,6	13,8	0,00%	0,00%	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,00%	0,00%

As atividades da economia do mar que mais contribuíram para o VAB, em 2010, foram, por ordem decrescente, o Turismo e lazer, os Transportes marítimos, portos e logística, a Pesca, aquicultura e indústria do pescado, a Construção e reparação navais, as Obras de defesa costeira e a Extração de sal marinho. A representação em termos de Emprego foi também superior no Turismo e lazer, seguida da Pesca, aquicultura e indústria do pescado, Transportes marítimos, portos e logística, Construção e reparação navais, Obras de defesa costeira e Extração de sal marinho (Figura A.1.)

Figura A.1.– Estrutura do VAB e do Emprego dos usos e atividades da Economia do Mar, 2010



Relativamente à sua evolução recente, nos usos e atividades já estabelecidos destacam-se as seguintes situações:

- Atividades como a pesca, que se mantêm mais ou menos estáveis em termos produtivos e de emprego;
- Atividades como a portuária, os cruzeiros, a aquicultura, a indústria transformadora dos produtos da pesca e da aquicultura e o turismo e lazer, em particular na vertente náutica, apresentam uma tendência de crescimento económico, que se acentuou em 2010, e também, de dinamização do emprego, nos casos da atividade portuária e da indústria transformadora dos produtos da pesca e da aquicultura;
- Atividades que estiveram em declínio, como o sector da construção e reparação navais e que apresentaram uma tendência de recuperação, ao nível do VAB e da produção, até 2008, e do emprego, até 2009, devido às componentes de reparação, manutenção e desmantelamento de embarcações, mas que voltaram a apresentar sinais de declínio em 2010.

Para além dos usos e atividades de mercado estabelecidas, foi caracterizado um conjunto de usos e atividades emergentes na economia do mar, ainda sem expressão económica no contexto nacional, nomeadamente biotecnologia marinha, extração de recursos geológicos não energéticos, exploração/produção de petróleo e gás, energias renováveis e armazenamento de gás.

3. Cenarização

No exercício de cenarização efetuado para a economia do mar em Portugal, foram consideradas duas incertezas cruciais ou forças críticas para compreender a dinâmica futura do foco – a afirmação da economia do mar em Portugal: A) a Dinâmica económica europeia e B) a Governação nacional na área do mar. O cruzamento dessas incertezas originou quatro configurações de cenários para a Economia do Mar em Portugal (Figura A.2.)

Figura A.2. - Configurações dos cenários para a Economia do Mar em Portugal



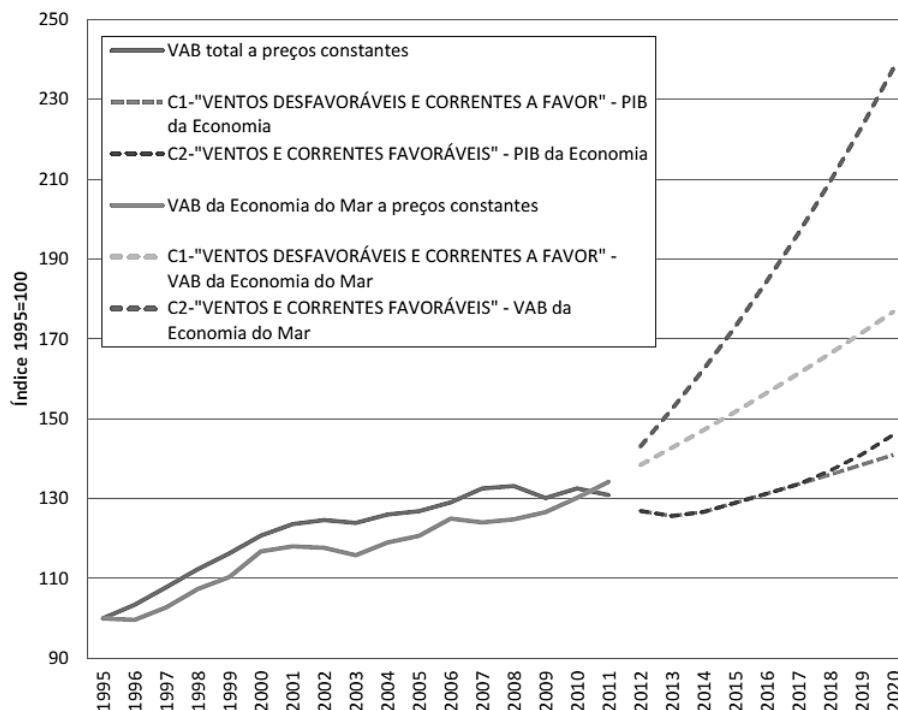
Para efeitos de quantificação e elaboração das narrativas dos cenários, selecionaram-se apenas dois: Cenário C1 – “Ventos desfavoráveis e correntes a favor” e C2 – “Ventos e correntes favoráveis”. Trata-se de dois cenários não totalmente contrastados, na medida em que correspondem aos quadrantes superiores do eixo vertical, da “Governança nacional na área do mar”. Os fundamentos para a consideração de uma “Governança nacional na área do mar” dinâmica, em ambos os cenários, são os seguintes: 1) o facto de existir uma nova estrutura institucional dedicada à integração dos assuntos do mar, designadamente, os órgãos do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, cuja missão se relaciona com o mar, nomeadamente a Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), com competências na área estratégica de informação e suporte às políticas e decisões de investimento na economia do mar, bem como outros organismos como a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), a que acresce a articulação com a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM), estrutura de reflexão e de decisão estratégica sobre o mar, bem como a procura de um reforço do relacionamento institucional com a sociedade civil a as organizações empresariais; 2) a concepção de uma Estratégia Nacional para o Mar, para alinhamento das opções do passado com a nova política europeia, designadamente a Política Marítima Integrada (PMI) e no que se relaciona com as orientações para o crescimento azul (*Blue Growth*), o desenvolvimento de ações por bacia oceânica (Estratégia do Atlântico) e o respetivo pacote financeiro (que inclui a negociação em curso, do Acordo de Parceria para os fundos comunitários 2014-2020).

- Cenário C1 - "Ventos desfavoráveis e correntes a favor" – neste cenário, resultante do cruzamento de uma dinâmica económica europeia em retração, com um forte dinamismo e proactividade interna na governação para a área do mar, o país seguirá uma trajetória de “ajustamento económico gradual”, após 2017, conseguindo dinamizar alguns projetos em redes de parcerias internacionais na área do mar, bem como alguns investimentos privados (designadamente em atividades em crescimento, como a aquicultura, a náutica e os cruzeiros), apesar do contexto de dificuldades de financiamento.

- Cenário C2 - "Ventos e correntes favoráveis" – cenário em que se conjugam fatores favoráveis, designadamente uma recuperação da dinâmica económica europeia, que permitirá a Portugal um “boom económico após 2017”, com uma governação interna forte na área do mar que procurará concretizar a visão para o país consignada na Estratégia Nacional para o Mar em toda a sua plenitude, rasgando caminho para novas atividades emergentes, num horizonte temporal mais alargado (biotecnologias marinhas, extração de recursos minerais não energéticos, energias oceânicas), evoluindo na cadeia de valor das atividades estabelecidas (por exemplo na robótica e TICs associadas ao mar), apostando no reforço das competências tecnológicas e das redes de parcerias internacionais, visando a afirmação económica através da exportação de bens e serviços de elevada qualidade.

No Cenário C1 -“Ventos desfavoráveis e correntes a favor” a economia do Mar atinge 2,9% do PIB, em 2020, enquanto num cenário mais otimista C2 -“Ventos e correntes favoráveis” a economia do Mar alcança 3,8% do PIB, em 2020. As evoluções históricas e cenários considerados para o PIB da economia e para o VAB da economia do mar, estão patentes na Figura A.3. e na Tabela A.2. Note-se que estes cálculos abrangem apenas os efeitos diretos dos usos e atividades da economia do mar no PIB. A quantificação dos efeitos indiretos e induzidos na economia, não efetuados na presente análise, conduziram a uma maior contribuição da economia do mar, que importa não minimizar na tomada de decisão.

Figura A.3.- Cenários para o PIB total e para o VAB da Economia do Mar 2020



Fonte: DGPM

Tabela A.2. – Histórico e cenários quantificados para a Economia do Mar em Portugal

	Taxas médias de variação anual em volume (%)					
	1995/ 2000	2001/ 2006	2006/ 2010	1995/ 2010	C1 -"Ventos desfavoráveis e correntes a favor"	C2 -"Ventos e correntes favoráveis"
					2011/2020	2011/2020
VAB da Economia	3,8	1,1	0,7	1,7		
PIB da Economia					0,7	1,2
VAB da Economia do Mar	3,2	1,1	1,0	1,6	3,1	6,6
	Peso da Economia do Mar (%)					
	1995	2010	2020	2020		
	VABpccorr Econ. Mar / VABpccorr Economia	2,1	2,5			
VABpccorr Econ. Mar / PIBpccorr				2,9	3,8	

Fonte: DGPM, com base em INE (2012), Contas Nacionais Anuais

Portos e Logística

Desafios e oportunidades de desenvolvimento

Gonçalo Sequeira Braga
 In TR 43 ; Setembro de 2006
 info@transportesemrevista.com
 Revista Transportes em revista

Disponível online em <http://www.transportesemrevista.com/Default.aspx?tabid=210&language=pt-PT&id=1284>

A economia dos transportes e da logística está a atravessar um período de grandes mudanças. A progressiva e inexorável liberalização do comércio mundial tem estado na base do seu crescimento significativo. O fenómeno da globalização das economias tem provocado um forte impacto nas soluções e exigências de transporte e de logística. O mercado da União Europeia e o seu alargamento em curso geram profundas modificações nas redes e nas soluções de transporte e de abastecimento.



A Desintervenção do Estado

O velho modelo de forte intervenção do Estado no desenvolvimento e na gestão das infra-estruturas e nos serviços de transporte está em acelerada desagregação e liquidação. Por um lado, face à incapacidade financeira dos Estados para sustentar opções políticas erradas na economia de transportes está a registar-se uma progressiva desintervenção do Estado nesta área, remetendo-se para as funções de regulação e regulamentação, que, no passado, foram depreciadas. Por outro lado, têm vindo a implementarem-se medidas de privatização das actividades (portuárias, aeroportuárias, ferroviárias) e de liberalização do seu exercício. Neste quadro os mercados deixam de estar fechados pelas fronteiras e abrem-se enormes perspectivas de investimento e operação ao nível europeu.

Quadro - Previsão para o Transporte de Mercadorias pelos diversos Modos			
Mercado	Unidade	2005	2010
	10' Ton	9.602,00	20.508,39
	10' Ton	335.871,00	344.352,16
	10' Ton	64.644,00	90.881,54
Crescimento Acumulado Efectivo	Unidade	2005/2010	
	%	113,6%	
	%	2,5%	
	%	40,6%	
Quota Mercado	Unidade	QM: 2005	QM: 2010
	%	2,3%	4,5%
	%	81,9%	75,6%
	%	15,8%	19,9%

Fonte: Partis Consulting

O contexto do mercado europeu e a globalização da economia têm gerado também movimentos importantes de concentração e de fusão das empresas, os quais são uma ocasião privilegiada para se forçarem as reestruturações sectoriais e empresariais. Finalmente, a pressão do abastecimento industrial e dos mercados de consumo estimula o desenvolvimento de soluções de plataformas logísticas para melhorar o serviço aos clientes, os tempos e os custos de distribuição.

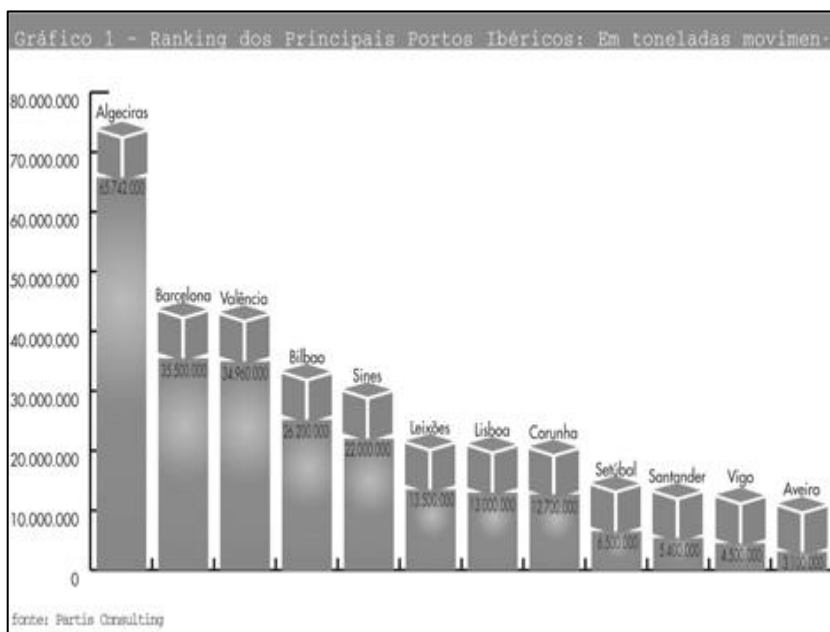
Previsões de Desenvolvimento do Mercado

No estudo «O Mercado do Transporte Ferroviário - Portugal 2006» da *Partis Consulting* foram apontadas previsões para o desenvolvimento do mercado dos transportes de mercadorias e ainda para o crescimento dos diversos modos de transporte nesse quadro (T. Rodoviário, T. Ferroviário e T. Marítimo).

Para o Horizonte 2010 prevê-se que o mercado dos transportes de mercadorias cresça cerca de 15%, passando dos actuais 410,1M Toneladas (2005) para 455,7M Toneladas (2010).

De acordo com o cenário Provável - e também desejável - o transporte marítimo poderá passar de uma quota de mercado de 15,8% (2005) para 19,9% (2010). Tal significaria que, em 2010, o Transporte Marítimo seria responsável por transportar cerca de 90,9M TON (em 2005 transportou 64,6M TON), o que traduziria um crescimento de 40,6% nesse quinquénio. (Ver quadro)

No mercado ibérico a dimensão dos Portos Portugueses é manifestamente insuficiente quando comparada com a dos Portos Espanhóis. Se a análise se focar no tráfego de contentores, então, a posição portuguesa apresenta-se diminuída no confronto com os seus concorrente espanhóis. (Ver gráfico 1)



As Apostas Estratégicas

A inserção dos portos nacionais nas cadeias logísticas internacionais, as quais cada vez mais são geridas por um reduzido número de grandes operadores, configura a necessidade de uma estratégia adequada e o lugar a parcerias e complementaridades. No âmbito comunitário, a preocupação quanto à reorientação do transporte de mercadorias entre modos alternativos - *short sea shipping*, ferrovia e transporte fluvial - numa óptica de reforço da competitividade, evidencia a vantagem da integração dos portos nacionais na rede europeia de transportes, promovendo assim as auto-estradas marítimas na fachada atlântica. O transporte marítimo de curta distância reporta essencialmente à mercadoria contentorizada e *ro-ro*, segmentos a merecer particular atenção. Portugal, pela posição geográfica que ocupa no eixo de ligação à Europa Atlântica, ao Norte e Sudeste de África e ao Mediterrâneo, dispõe de condições de acessibilidade económica muito favoráveis ao desenvolvimento do Transporte Marítimo de Curta Distância (TMCD).

Transporte Marítimo de Curta Distância

O TMCD que, em termos de toneladas/quilómetro transportadas, foi dominante na Europa até 1990, viu-se, a partir desta data, ultrapassado pelo transporte rodoviário, cujo crescimento relativamente ao modo marítimo continua a aumentar, prevendo-se que, a partir do ano 2010, os principais eixos rodoviários europeus se encontrem completamente congestionados.

Verifica-se assim a necessidade de promover medidas impulsionadoras do TMCD, quer a nível comunitário, quer a nível nacional.

No primeiro caso, refere-se o “*European Commission White Paper on European Transport Policy for 2010*”, expressando um conjunto de medidas fundamentais, enquanto a nível nacional se espera a contribuição do esforço no

sentido da eliminação de bloqueamentos burocrático - administrativos (projecto PIPE), bem como medidas tendentes a melhorar a eficiência portuária e das inter-conexões. O projecto PORTMOS (desenvolvimento das auto-estradas marítimas europeias) e o programa Marco Polo (promoção da intermodalidade) são elementos importantes da estratégia em curso.

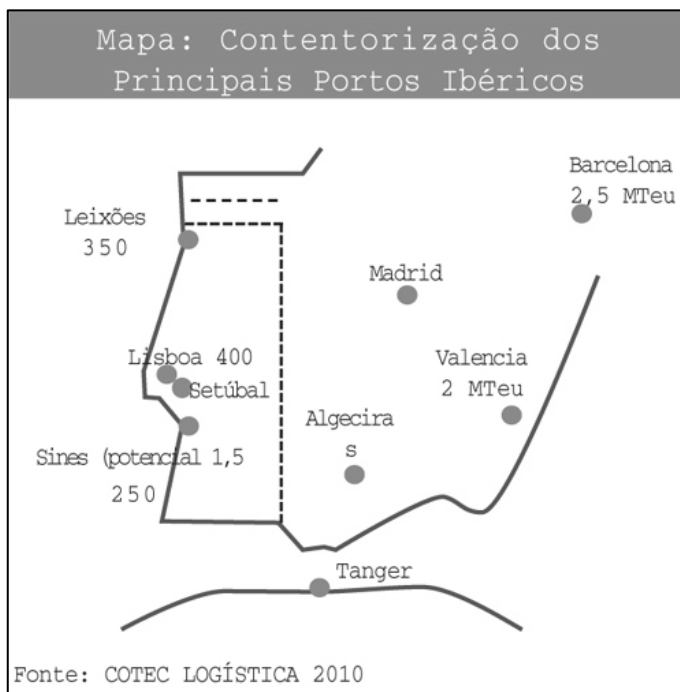
O Poat – Programa Operacional de Acessibilidades e Transporte, incluído no Quadro Comunitário de Apoio III, eixo 2 e medidas 2.1 e 2.3, prevê a melhoria das acessibilidades e intervenção nos portos, assim como o desenvolvimento de uma rede logística nacional.

Contentorização

A crescente contentorização das mercadorias sob forte impulso da globalização da economia originou uma redução dos custos de transporte e o desenvolvimento da intermodalidade. Concorre para esta situação a procura de um efeito de escala ao nível da capacidade dos novos navios e das dimensões dos contentores, com efeitos ao nível das plataformas portuárias e, subsequentemente, de toda a cadeia intermodal. (Ver mapa)

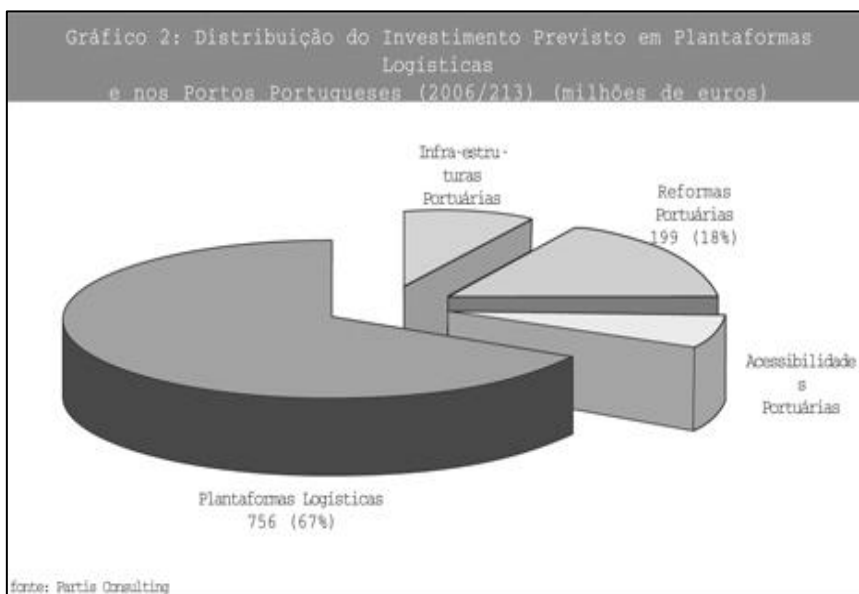
A procura de novos mercados, bem como o aumento dos fluxos de carga, apela à colaboração das agências de desenvolvimento regional, no sentido do desenvolvimento dos seus *hinterlands*, tal como à cooperação entre portos afectos a um mesmo *hinterland* sob a forma de *joint venture* com uma autoridade portuária comum (vantagens económicas através da oferta de diversos serviços conjuntos).

Os portos de Lisboa, Leixões e Sines, representam globalmente 84% da carga marítima total, 98% da carga contentorizada e 56% do comércio externo nacional (dados de 2005).



A Rota Oceânica Este-Oeste

Deverá ser privilegiada a rota oceânica E-O sobre a rota N-S, rota esta integrante dos portos do arco atlântico, genericamente portos importadores (as exportações, embora significativas, destinam-se a outros países europeus) e tendencialmente periféricos, tendo em atenção o alargamento para leste da UE. Neste sentido, realça-se a importância do porto de Sines, pelas suas características e posicionamento estratégico na rota transoceânica (*deep sea shipping*), bem como o potencial a desenvolver do seu *hinterland*, desde que potenciada a intermodalidade (forte investimento ferroviário em projecto, respeitante à ligação a Badajoz).



Espanha e EEUU serão os mercados prioritários numa perspectiva de atracção de carga, desde que obtida uma maior fluidez de tráfego, começando na Estremadura e Andaluzia e acabando em Madrid. Quanto ao mercado dos EEUU, a obter em concorrência e/ou parceria com os portos de Algeciras e Valência, poderia gerar um aumento de carga estimado em cerca de 50 por cento nos próximos dez anos, basicamente por intermédio dos segmentos carga contentorizada e carga a granel.

A concessão outorgada à PSA do terminal XXI (contentores) e os investimentos associados conduzirão à especial aptidão deste porto para o transhipment de contentores para as rotas do Atlântico e do Mediterrâneo. (Ver gráfico 2)

O mercado Africano vem merecendo particular atenção por parte da comunidade portuária do porto de Leixões, nomeadamente com o envio de missões comerciais e de cooperação ao porto de Luanda, bem como a continuidade de tráfego com a Argélia e o Egipto. Na área do seu *hinterland*, este mesmo porto beneficiará de alguma cooperação ibérica, nomeadamente com o porto de Vigo e as autoridades de Salamanca.

Os investimentos a realizar nos Portos e nas Plataformas logísticas num Horizonte 2006/2013 atingirão cerca de 1.126 milhões de Euros, sendo 756 milhões respeitantes às Plataformas Logísticas - de origem privada - e 756 milhões referentes aos Portos - de origem pública (integrando acessibilidades, plataformas portuárias e infra-estruturas portuárias).

Os Desafios Estratégicos

As previsões apontam para a verificação de importantes desafios e oportunidades, os quais terão de ser respondidos e aproveitados. O reposicionamento dos Portos Portugueses nos mercados global, europeu e ibérico e a sua política de desenvolvimento exigem medidas e soluções ao nível de diversas áreas estratégicas:

Competitividade: Os preços praticados e os custos incorridos pelos portos terão de ser ajustados a um enquadramento mais alargado de concorrência não só de mercados, mas também entre modos de transporte.

Burocracia: Projectos como a Janela Única e o PIPE - Procedimento e Informação Portuária Electrónica são fundamentais para facilitar as operações e as transacções administrativas.

Cooperação e competição interportuária: A evolução do mercado nos próximos anos vai exigir, quer uma real cooperação entre os portos portugueses - no seu posicionamento estratégico e comercial - , quer uma intensa atitude competitiva interportos e entre modos de transporte.

Parcerias: Tanto ao nível das Autoridades Portuárias como das Comunidades Portuárias, ainda dos agentes, importará muito a prática duma política de associação e parceria empresarial com agentes internacionais.

Plataformas Logísticas: A emergência de várias plataformas logísticas - incluídas ou não no Programa Portugal Logístico - irão exigir uma participação activa dos portos em tal movimento, de forma a estarem integrados nas grandes correntes de tráfego.

Ligações ferroviárias: A articulação e integração do transporte marítimo com o transporte ferroviário revelar-se-á essencial tanto na existência de boas acessibilidades ferroviárias, como também de boas ligações a linhas ferroviárias de transporte nacional e internacional, em especial estas últimas.

Regulação: A crescente privatização e liberalização das actividades de transporte só será eficiente e equilibrada se for suportada numa regulação independente, dinâmica, justa, oportuna e transparente.

Mercado turístico de passageiros: Trata-se de uma área onde existem hipóteses reais de crescimento em ligação com o reforço da posição de Portugal no mercado turístico mundial.

Hinterland ibérico: A focagem dos portos portugueses no *hinterland* ibérico será vital para a sua sobrevivência no mercado internacional, tendo em conta o posicionamento de Portugal no Atlântico.



1. População da pesca

Figura 1.1 - População residente e empregada com atividade económica na pesca (2001-2011)

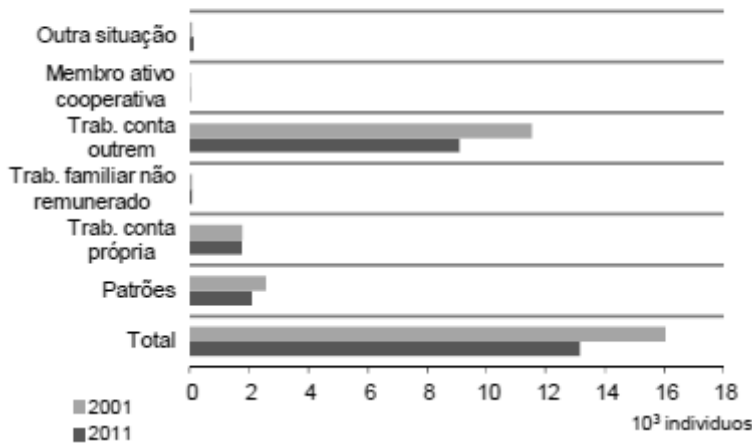


Figura 1.2 - Estrutura do nível de ensino da população residente e empregada na pesca, por NUTS II (2011)

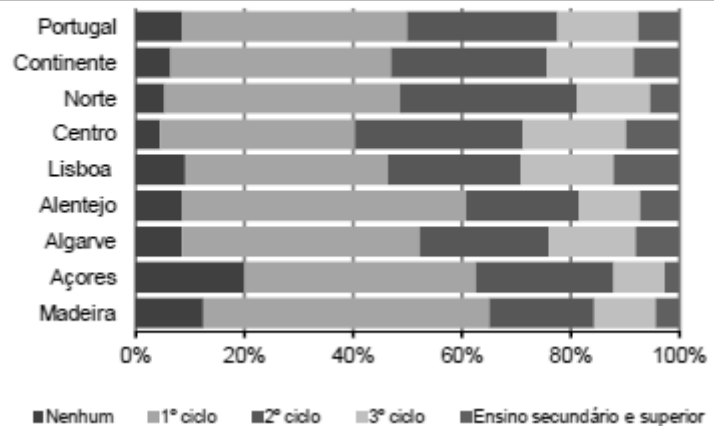


Figura 1.3 - Idade média da população residente e empregada na pesca, por NUTS II (2001-2011)

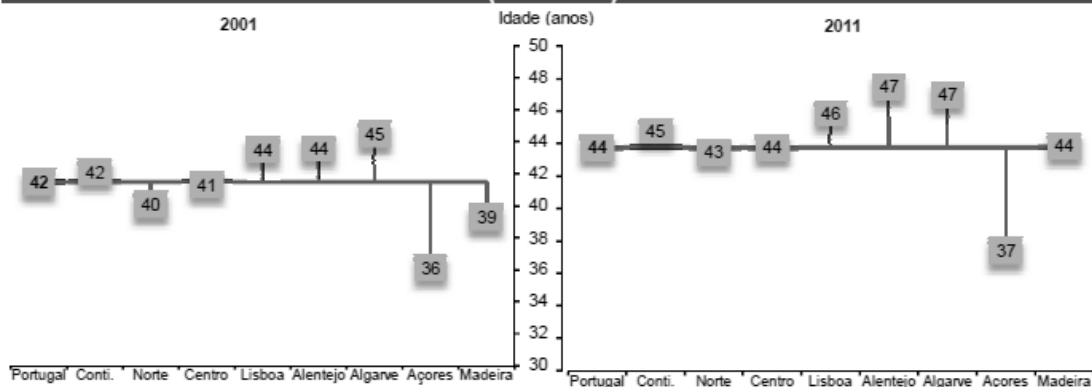


Figura 1.4 - Estrutura etária da população residente e empregada na pesca, por NUTS II (2011)

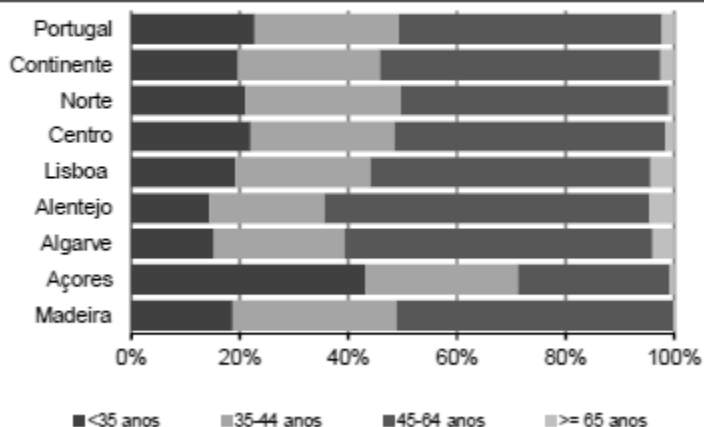


Figura 1.5 - Pescadores matriculados, em 31-XII, segundo os segmentos de pesca (2011-2012)

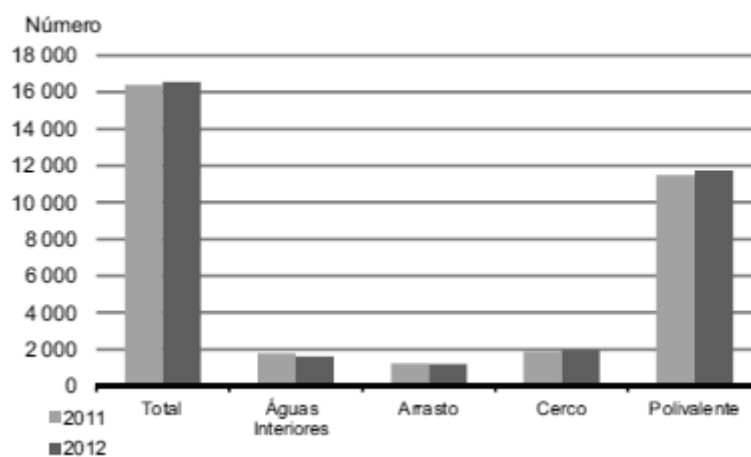
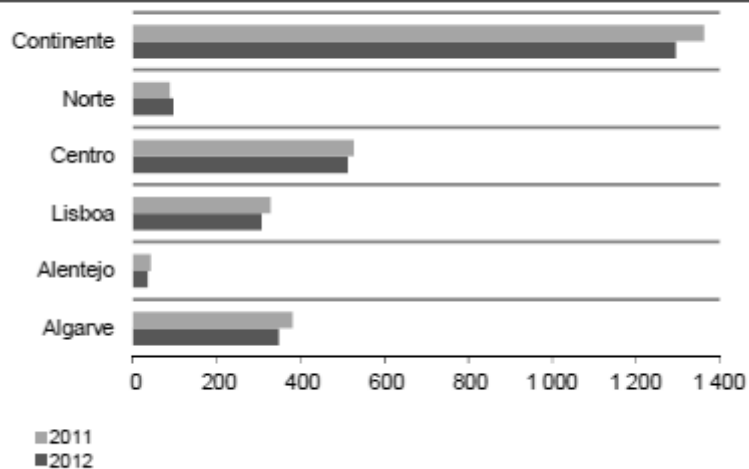


Figura 1.6 - Número de pescadores apeedos e apanhadores licenciados, por NUTSII (2011-2012)



Quadro 1.1 - População residente e empregada, total e com atividade económica na pesca, por NUTS II

Portugal										Unidade: nº
NUTS II	População residente	População Empregada (a)	Da qual na pesca							
			Total	Patrões	Trabalha- dor por conta própria	Trabalha- dor familiar não remune- rado	Trabalha- dor por conta de outrem	Membro ativo de coopera- tiva	Outra situação	
Portugal										
15 - XII - 1950 (b)	8 441 312	3 196 482	45 965	1 062	7 072	1 161	36 281	x	389	
15 - XII - 1960	8 889 392	3 315 639	46 749	1 026	5 489	817	39 390	x	27	
15 - XII - 1970	8 611 125	3 163 855	36 920	365	5 445	430	30 155	x	525	
16 - III - 1981	9 833 014	3 848 727	32 623	1 227	6 217	428	24 147	x	604	
15 - IV - 1991	9 867 147	4 129 709	26 840	1 900	4 719	225	19 702	178	116	
12 - III - 2001	10 356 117	4 650 947	16 048	2 572	1 778	78	11 524	28	68	
21 - III - 2011	10 562 178	4 361 187	13 156	2 092	1 746	78	9 091	26	123	
Continente										
15 - XII - 1950 (b)	7 856 913	3 005 110	39 710	999	5 544	883	31 903	x	381	
15 - XII - 1960	8 292 975	3 126 245	40 166	916	4 217	721	34 285	x	27	
15 - XII - 1970	8 074 975	2 988 170	32 510	355	4 400	355	27 090	x	310	
16 - III - 1981	9 336 760	3 679 467	28 742	1 117	5 212	354	21 481	x	578	
15 - IV - 1991	9 375 926	3 947 640	23 278	1 676	4 177	164	16 973	176	112	
12 - III - 2001	9 869 343	4 450 711	13 837	2 234	1 614	60	9 840	26	63	
21 - III - 2011	10 047 621	4 150 252	10 802	1 734	1 596	56	7 295	18	103	
Norte	3 689 682	1 501 883	3 315	437	118	13	2 721	6	20	
Centro	2 327 755	940 211	3 204	434	406	12	2 314	8	30	
Lisboa	2 821 876	1 223 276	1 803	395	298	18	1 056	4	32	
Alentejo	757 302	298 691	438	108	131	3	194	0	2	
Algarve	451 006	186 191	2 042	360	643	10	1 010	0	19	
Açores										
15 - XII - 1950 (b)	317 409	108 243	4 242	24	909	116	3 185	x	8	
15 - XII - 1960	327 480	107 124	3 967	103	1 073	90	2 701	x	0	
15 - XII - 1970	285 015	86 615	2 870	10	910	65	1 675	x	210	
16 - III - 1981	243 410	77 820	2 144	31	830	55	1 221	x	7	
15 - IV - 1991	237 795	84 036	2 137	153	476	52	1 452	2	2	
12 - III - 2001	241 763	94 728	1 392	236	137	17	999	2	1	
21 - III - 2011	246 772	102 127	1 715	302	137	21	1 233	8	14	
Madeira										
15 - XII - 1950 (b)	266 990	83 129	2 013	39	619	162	1 193	x	0	
15 - XII - 1960	268 937	82 270	2 616	7	199	6	2 404	x	0	
15 - XII - 1970	251 135	89 070	1 540	0	135	10	1 390	x	5	
16 - III - 1981	252 844	91 440	1 737	79	175	19	1 445	x	19	
15 - IV - 1991	253 426	98 033	1 425	71	66	9	1 277	x	2	
12 - III - 2001	245 011	105 508	819	102	27	1	685	0	4	
21 - III - 2011	267 785	108 808	639	56	13	1	563	0	6	

Origem: Recenseamento Geral da População

(a) De 10 e mais anos, nos recenseamentos de 15-XII de 1960 e 1970; de 12 e mais anos nos de 16-III-1981 e 15-IV-1991; de 15 e mais anos, a partir do recenseamento de 12-III de 2001.

(b) População presente

Nota: Da população empregada, em 15-XII-1960, foram excluídas as pessoas desempregadas e as que se encontravam a prestar serviço militar.

Os dados de 1970 foram estimados a 20%.

Quadro 1.2 - População residente e empregada na pesca, por nível de ensino, por NUTS II, em 2011

Portugal										Unidade: nº
NUTS II	População residente e empregada na pesca	Nível de ensino								
		Nenhum	Ensino básico			Ensino secundário	Ensino pós secundário	Ensino superior		
1º ciclo	2º ciclo		3º ciclo							
Portugal	13 156	1 123	5 435	3 640	1 964	657	45	292		
Continente	10 802	702	4 368	3 081	1 733	605	43	270		
Norte	3 315	177	1 436	1 074	448	128	10	42		
Centro	3 204	146	1 142	994	604	205	14	99		
Lisboa	1 803	165	673	438	306	136	13	72		
Alentejo	438	37	229	91	49	19	2	11		
Algarve	2 042	177	888	484	326	117	4	46		
Açores	1 715	342	731	435	160	34	1	12		
Madeira	639	79	336	124	71	18	1	10		

Origem: Recenseamento Geral da População 2011

Quadro 1.3 - População residente e empregada na pesca, por classes de idades, por NUTS II, em 2011

NUTS II	População residente e empregada na pesca	Classes de idade						Idade média	Unidade: nº
		15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 ou mais anos		
Portugal	13 156	858	2 126	3 503	4 365	2 022	282	43,6	
Continente	10 802	543	1 583	2 827	3 774	1 806	269	44,6	
Norte	3 315	213	487	949	1 165	467	34	43,3	
Centro	3 204	173	532	848	1 165	431	55	43,6	
Lisboa	1 803	77	269	449	571	359	78	45,7	
Alentejo	438	12	51	93	172	90	20	47,3	
Algarve	2 042	68	244	488	701	459	82	46,8	
Açores	1 715	287	452	483	358	123	12	37,3	
Madeira	639	28	91	193	233	93	1	43,7	

Origem: Recenseamento Geral da População 2011

3 – Mercado dos produtos da pesca e estruturas organizativas

Figura 3.1 - Nº de associados do sector da pesca e Nº de embarcações de Organizações de Produtores (OPs) (2011-2012)

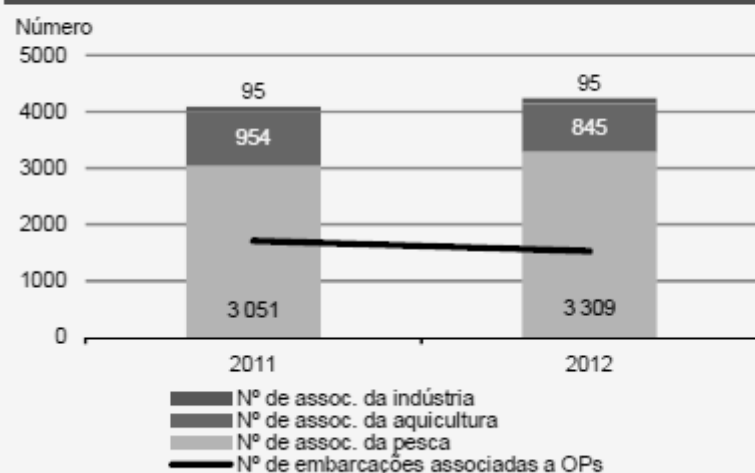


Figura 3.2 - Preços médios anuais do pescado descarregado fresco ou refrigerado, por NUTS I (2010-2012)

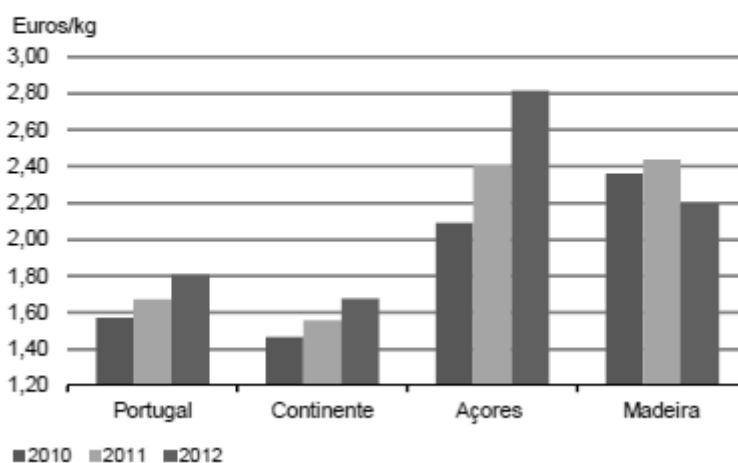
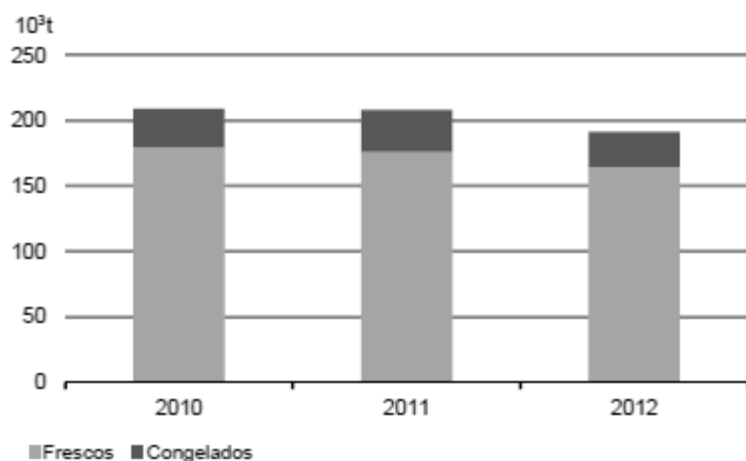


Figura 3.3 - Pescado descarregado (2010-2012)



Quadro 3.1 - Associações de profissionais da pesca, aquicultura, mercados e indústria transformadora

NUTS II	2011		2012	
	Número de Associações	Número de Associados	Número de Associações	Número de Associados
Portugal	40	4 100	41	4 249
Indústria	3	95	3	95
Pesca	35	3 051	36	3 309
Aquicultura (g)	2	954	2	845
Continente	32	3 492	32	3 535
Indústria	3	95	3	95
Pesca	27	2 443	27	2 595
Aquicultura (g)	2	954	2	845
Norte	5	418	6	753
Indústria	1	17	1	17
Pesca	4	401	5	736
Aquicultura (g)	0	0	0	0
Centro	4	211	4	211
Indústria	1	19	1	18
Pesca	3	192	3	193
Aquicultura (g)	0	0	0	0
Lisboa	6	671	6	735
Indústria	1	59	1	60
Pesca	5	612	5	675
Aquicultura (g)	0	0	0	0
Alentejo	1	72	1	73
Indústria	0	0	0	0
Pesca	1	72	1	73
Aquicultura (g)	0	0	0	0
Algarve	16	2 120	15	1 763
Indústria	0	0	0	0
Pesca	14	1 166	13	918
Aquicultura (g)	2	954	2	845
Açores	8	608	8	612
Indústria	0	0	0	0
Pesca	8	608	8	612
Aquicultura (g)	0	0	0	0
Madeira	0	0	1	102
Indústria	0	0	0	0
Pesca	0	0	1	102
Aquicultura (g)	0	0	0	0

(g) Inclui Associações de Produtores de Bivalves, Mariscadores e Moluscos

Quadro 3.2 - Número de embarcações associadas a Organizações de Produtores, por NUTS II segundo o local de registo (situação a 1 de Janeiro)

NUTS II	2011		2012	
	Embarcações Associadas	Percentagem do total de embarcações licenciadas	Embarcações Associadas	Percentagem do total de embarcações licenciadas
	nº	%	nº	%
Portugal	1 712	35	1 525	33
Continente	1 309	32	1 342	35
Norte	675	70	661	77
Centro	421	37	468	41
Lisboa	77	10	73	10
Alentejo	0	0	0	0
Algarve	136	13	140	14
Açores	319	45	98	14
Madeira	84	71	85	75

Quadro 3.3 - Descargas de pescado fresco ou refrigerado efectuadas pelas Organizações de Produtores, por NUTS II, segundo as principais espécies

Espécies		Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
		t					
Total	2011 Rv	110 287	31 933	39 429	19 222	5 586	14 118
	2012	101 273	28 371	33 254	18 315	6 601	14 732
Sardinha	2011 Rv	52 828	19 917	19 319	3 803	3 614	6 176
	2012	30 649	12 962	8 908	2 529	3 436	2 814
Cavala	2011 Rv	23 731	3 255	5 064	9 605	1 674	4 135
	2012	30 820	4 308	8 155	8 988	1 754	7 616
Carapau	2011 Rv	8 317	1 304	4 809	784	93	1 328
	2012	12 884	3 635	5 587	1 644	379	1 640
Verdinho	2011 Rv	635	305	133	20	41	137
	2012	1 837	572	206	58	712	290
Sarda	2011 Rv	553	306	204	17	e	25
	2012	254	155	84	4	4	8
Outras	2011 Rv	24 222	6 848	9 900	4 994	163	2 318
	2012	24 830	6 740	10 316	5 093	317	2 364

4 – Descargas e capturas

Figura 4.1 - Capturas nominais de pescado fresco ou refrigerado, em portos nacionais (2010-2012)

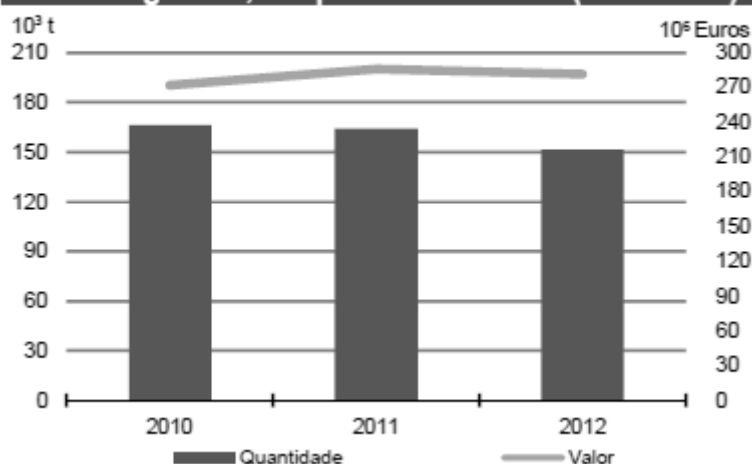


Figura 4.2 - Capturas nominais de pescado fresco ou refrigerado (%), por arte de pesca (2012)

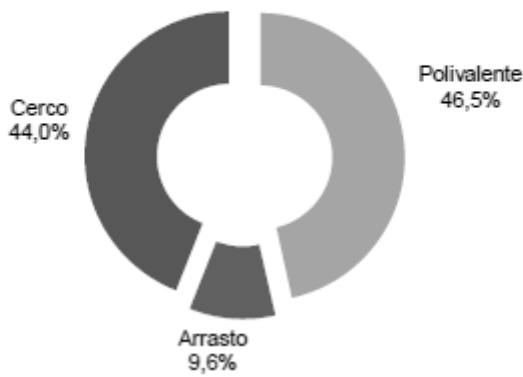
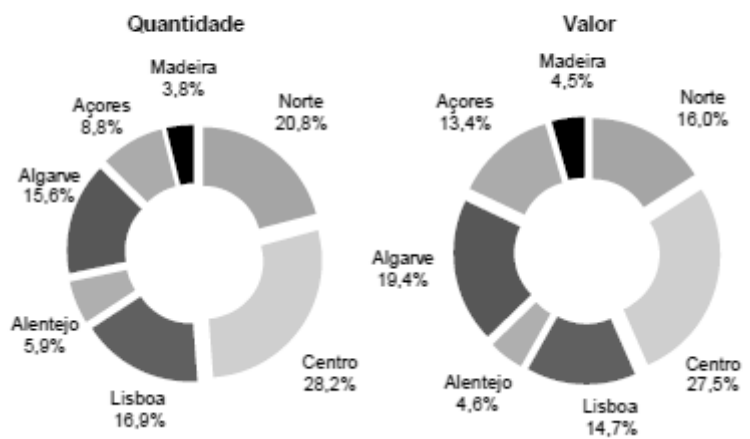


Figura 4.3 - Capturas nominais de pescado fresco ou refrigerado, por NUTS II (2012)



5 – Aquicultura e salicultura

Produção na Aquicultura

Figura 5.1 - Produção de aquicultura (2010-2011)

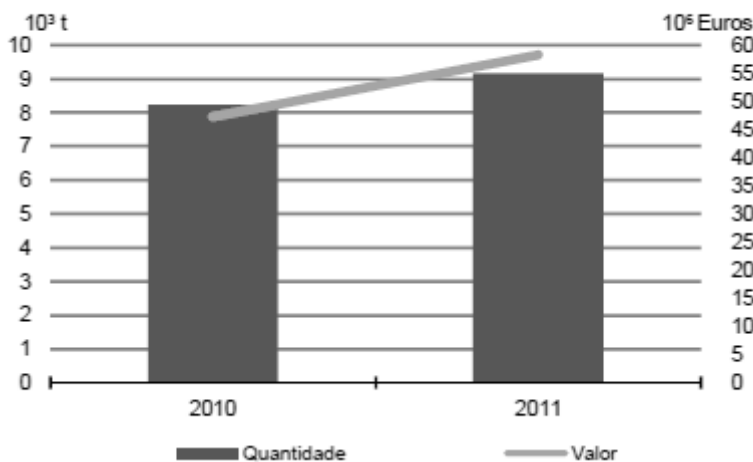


Figura 5.2 - Estabelecimentos de aquicultura, em Portugal (2011)

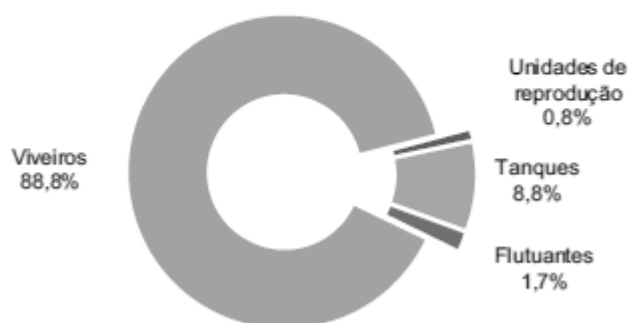
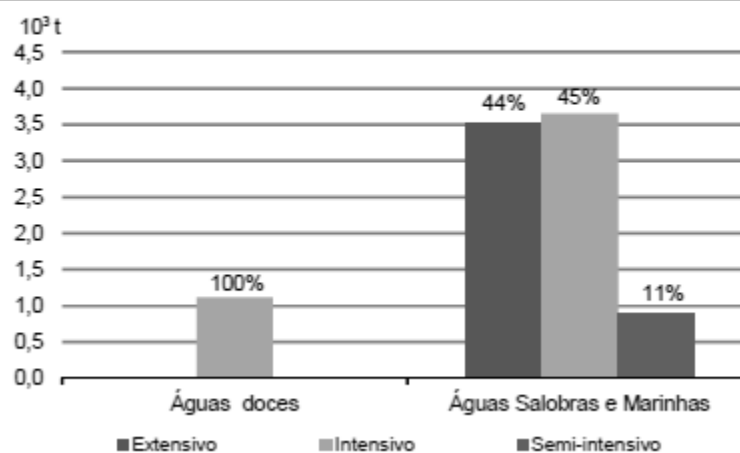
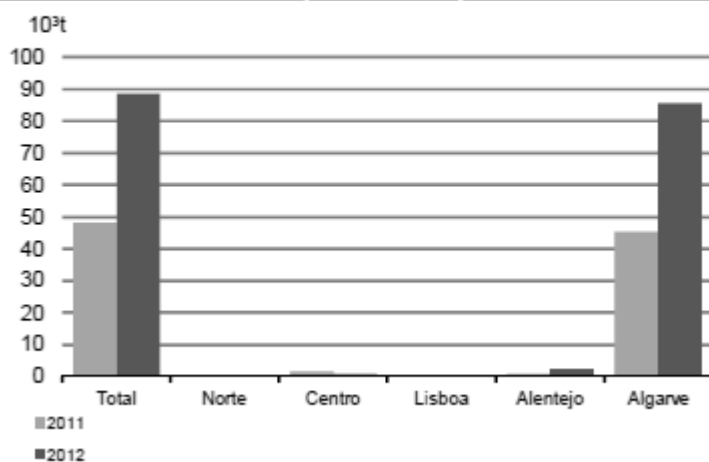


Figura 5.3 - Produção de aquicultura por tipo de água e regime (2011)



Produção de sal

Figura 5.4 - Produção de sal marinho, por NUTS II (2011-2012)



Quadro 5.1 - Estabelecimentos de aquicultura, em Portugal

Tipo de estabelecimento e regime de exploração		Total		Pisciculturas e molusciculturas			
		nº	ha	Águas doces		Águas salobras e marinhas	
				nº	ha	nº	ha
Licenciados							
Total	2010 Rv	1 569	1 707	39	40	1 530	1 667
	2011	1 570	1 708	39	58	1 531	1 651
Tipo de estabelecimento							
Unidade de reprodução		12	11	9	11	3	e
Unidade de engorda		1 558	1 697	30	47	1 528	1 650
Tanque		138	1 035	29	47	109	989
Viveiro		1 394	531	0	0	1 394	531
Flutuante		26	130	1	e	25	130
Regime de exploração							
Extensivo		1 436	739	1	e	1 435	739
Intensivo		68	333	38	57	30	276
Semi-intensivo		66	636	0	0	66	636

Tipo de estabelecimento e regime de exploração		Total		Pisciculturas e molusciculturas			
		nº	ha	Águas doces		Águas salobras e marinhas	
				nº	ha	nº	ha
Estabelecimentos Ativos com Produção (p)							
Total	2010 Rv	1 476	1 209	6	5	1 470	1 204
	2011	1 475	1 195	13	27	1 462	1 168
Tipo de estabelecimento							
Unidade de reprodução		4	5	3	5	1	e
Unidade de engorda		1 471	1 190	10	22	1 461	1 168
Tanque		67	551	9	22	58	529
Viveiro		1 385	527	0	0	1 385	527
Flutuante		19	112	1	e	18	112
Regime de exploração							
Extensivo		1 409	628	1	e	1 408	628
Intensivo		35	281	12	27	23	254
Semi-intensivo		31	286	0	0	31	286

(p) - Incluem-se todos os estabelecimentos que se encontram em laboração, mesmo que a sua atividade não contribua para a produção final, ex.: repovoamento

Quadro 5.2 - Produção de aquicultura em águas interiores e oceânicas por tipo de água e regime, segundo as espécies

Portugal

Principais espécies		Águas doces, salobras e marinhas							
		Total		Extensivo		Intensivo		Semi-intensivo	
		t	1000 Euros	t	1000 Euros	t	1000 Euros	t	1000 Euros
	2010 Rv	8 225	47 265	3 359	20 028	3 886	21 924	979	5 314
	2011	9 166	58 279	3 504	29 024	4 763	23 776	899	5 478
Águas doces		1 115	2 597	0	0	1 115	2 597	0	0
Truta arco-íris		1 113	2 585	0	0	1 113	2 585	0	0
Truta comum		2	13	0	0	2	13	0	0
Águas salobras e marinhas		8 051	55 682	3 504	29 024	3 648	21 179	899	5 478
Peixes		4 506	26 744	21	118	3 586	21 148	899	5 478
Corvina legítima		15	95	0	0	15	95	0	0
Dourada		828	4 561	18	99	302	1 371	508	3 091
Enguia europeia		1	4	e	3	0	0	e	2
Linguado legítimo		4	49	e	4	e	5	3	39
Linguados nep		e	e	e	e	0	0	e	e
Pregado		3 197	19 294	0	0	3 197	19 294	0	0
Robalo legítimo		460	2 734	2	11	72	382	387	2 341
Robalos nep		e	e	0	0	0	0	e	e
Sargo legítimo		e	3	e	e	0	0	e	2
Sargos nep		e	2	0	0	0	0	e	2
Tainhas		1	2	e	1	0	0	1	1
Diversos		e	1	e	e	0	0	e	1
Moluscos e Crustáceos		3 545	28 937	3 483	28 906	62	31	e	e
Amêijoas (q)		2 339	26 338	2 339	26 338	0	0	0	0
Berbigão vulgar (q)		89	61	89	61	0	0	0	0
Camarinha (q)		1	2	1	2	0	0	e	e
Choco vulgar (q)		e	e	e	e	0	0	0	0
Lambujinha		3	6	3	6	0	0	0	0
Longueirão		1	3	1	3	0	0	0	0
Mexilhões nep		250	117	187	86	62	31	0	0
Ostra japonesa		373	1 108	373	1 108	0	0	0	0
Ostra portuguesa		106	253	106	253	0	0	0	0
Ostras nep (q)		385	1 049	385	1 049	0	0	0	0

(q) Espécies de regime extensivo, produzidas em pisciculturas de tipo misto (extensivo e semi-intensivo) classificadas como semi-intensivas em função do regime de produção predominante.

Quadro 5.3 - Produção de aquicultura em águas interiores e oceânicas, por NUTS II

Portugal		2011					
NUTS II	Total	Águas doces					
		Total		Extensivo			
		t	1 000 Euros	t	1 000 Euros	t	1 000 Euros
Portugal	2010 Rv 2011	8 225 9 166	47 265 58 279	951 1 115	2 211 2 597	0 0	0 0
Continente		8 997	57 601	1 115	2 597	0	0
Norte		1 065	2 415	1 063	2 404	0	0
Centro		4 176	23 692	52	193	0	0
Lisboa		315	1 106	0	0	0	0
Alentejo		234	1 125	0	0	0	0
Algarve		3 207	29 263	0	0	0	0
Madeira		169	678	0	0	0	0

NUTS II	Total	Águas doces				Águas salobras e marinhas	
		Intensivo		Semi-intensivo		Total	
		t	1 000 Euros	t	1 000 Euros	t	1 000 Euros
Portugal	2010 Rv 2011	951 1 115	2 208 2 597	1 0	3 0	7 273 8 051	45 054 55 682
Continente		1 115	2 597	0	0	7 882	55 004
Norte		1 063	2 404	0	0	2	11
Centro		52	193	0	0	4 124	23 499
Lisboa		0	0	0	0	315	1 106
Alentejo		0	0	0	0	234	1 125
Algarve		0	0	0	0	3 207	29 263
Madeira		0	0	0	0	169	678

NUTS II	Total	Águas salobras e marinhas					
		Extensivo		Intensivo		Semi-intensivo	
		t	1 000 Euros	t	1 000 Euros	t	1 000 Euros
Portugal	2010 Rv 2011	3 359 3 504	20 028 29 024	2 936 3 648	19 715 21 179	979 899	5 311 5 478
Continente		3 504	29 024	3 479	20 501	899	5 478
Norte		0	0	2	11	0	0
Centro		581	2 355	3 223	19 403	320	1 740
Lisboa		88	161	89	195	137	750
Alentejo		74	287	160	839	0	0
Algarve		2 761	26 221	5	53	441	2 989
Madeira		0	0	169	678	0	0

Quadro 5.4 - Vendas da aquicultura para o mercado nacional e internacional, por espécie

Portugal		Águas doces, salobras e marinhas					
Principais espécies	Total	Nacional		Internacional			
		t	1000 Euros	t	1000 Euros		
		2010 Rv 2011	6 750 7 923	42 774 53 094	5 199 5 304	32 639 37 746	1 551 2 619
Águas doces	505	1 141	481	1 091	24	50	
Truta arco-íris	503	1 128	479	1 079	24	50	
Truta comum	2	12	2	12	0	0	
Águas salobras e marinhas	7 418	51 953	4 823	36 655	2 595	15 297	
Peixes	3 884	23 023	1 444	8 223	2 439	14 800	
Corvina legítima	6	60	6	60	0	0	
Dourada	968	5 399	965	5 380	3	19	
Enguia europeia	e	1	e	1	0	0	
Linguado legítimo	5	62	5	62	0	0	
Linguados nep	e	1	e	1	0	0	
Pregado	2 405	14 608	2	13	2 403	14 595	
Robalo legítimo	498	2 885	464	2 700	33	186	
Robalos nep	e	e	e	e	0	0	
Sargo legítimo	e	2	e	2	0	0	
Sargos nep	e	2	e	2	0	0	
Tainhas	e	1	e	1	0	0	
Diversos	e	1	e	1	0	0	
Moluscos e Crustáceos	3 534	28 930	3 379	28 433	155	497	
Amêijoas (r)	2 339	26 338	2 339	26 338	0	0	
Berbigão vulgar (r)	89	61	89	61	0	0	
Lambujinha	3	6	3	6	0	0	
Longueirão	1	3	1	3	0	0	
Mexilhões nep (r)	240	112	240	112	0	0	
Ostra japonesa	373	1 108	246	702	127	406	
Ostra portuguesa	106	253	77	162	29	91	
Ostras nep (r)	385	1 049	385	1 049	0	0	

(r) quantidades estimadas

Quadro 5.5 - Repovoamento da aquicultura por origem das espécies, expresso em número de indivíduos

Unidade: 1 000 indivíduos

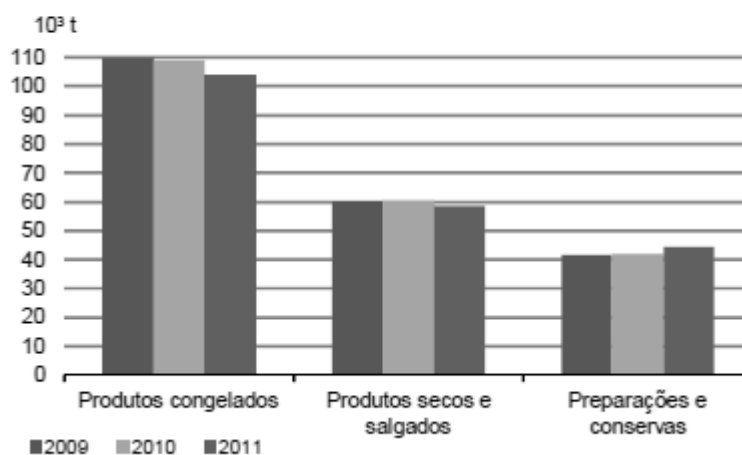
Espécies	Origem do repovoamento			
	Total	Unidade de Reprodução Nacional	Captura em Meio Ambiente	Comércio Internacional Entradas
2010 Rv	160 108	878	133 032	26 198
2011	314 040	5 957	158 691	149 392
Águas doces	4 834	488	0	4 346
Truta arco-íris	4 780	434	0	4 346
Truta comum	54	54	0	0
Águas salobras e marinhas	309 206	5 469	158 691	145 046
Peixes	15 992	1	120	15 871
Dourada	4 154	1	0	4 153
Pregado	10 273	0	0	10 273
Robalo legítimo	1 445	0	0	1 445
Sargo legítimo	120	0	120	0
Moluscos e Crustáceos	293 214	5 468	158 571	129 175
Ameijoas	116 438	5 468	110 970	0
Berbigão vulgar	26 622	0	26 622	0
Mexilhões	2 549	0	2 549	0
Ostras	147 605	0	18 430	129 175

Quadro 5.6 - Produção de sal marinho, por NUTS II e zona de salgado, no Continente

NUTS II /Zona de salgado	Salinas com atividade	Área	Produção
	nº	ha	t
2011 Rv	37	778	47 267
2012	36	768	88 693
Norte	0	0	0
Centro	11	31	738
Aveiro	0	0	0
Figueira da Foz	11	31	738
Lisboa	0	0	0
Tejo	0	0	0
Sado	0	0	0
Alentejo	1	48	2 340
Tejo	0	0	0
Sado	1	48	2 340
Algarve	24	689	85 615
Algarve	24	689	85 615

6 – Indústria transformadora dos produtos da pesca e aquicultura

Figura 6.1 - Quantidades Produzidas de Produtos da Pesca e Aquicultura, pela Indústria Transformadora (2009-2011)



Quadro 6.1 - Número de empresas e pessoal ao serviço na indústria transformadora da pesca e aquicultura, por NUTS II

NUTS II	2009		2010		2011	
	Empresas	Pessoal ao serviço	Empresas	Pessoal ao serviço	Empresas	Pessoal ao serviço
Portugal	202	6 815	194	7 277	185	7 314
Continente	183	5 758	176	...	167	...
Norte	79	1 609	73	1 755	62	1 778
Centro	63	2 800	64	3 139	68	3 308
Lisboa	19	744	19	806	19	760
Alentejo	9	357	8	259	8	221
Algarve	13	248	12	...	10	...
Açores	11	868	10	...	10	...
Madeira	8	189	8	...	8	...

Unidade: nº

Origem: Sistema de Contas Integradas das Empresas

Quadro 6.2 - Quantidades produzidas de produtos provenientes da pesca e aquicultura, pela indústria transformadora

Portugal Produtos Produzidos	2009 Rc	2010 Rc	2011 Po
	t		
Produtos congelados	109 953	109 052	103 998
Dos quais:			
Invertebrados aquáticos (inclui lulas, potas, chocos, polvos, amêijoas, berbigão e outros), congelados, secos, salgados ou em salmoura.	13 585	11 192	9 440
Pescada congelada	7 335	9 256	9 175
Filetes de peixe congelados	3 830	4 667	4 364
Sardinha congelada	15 583	20 628	14 829
Bacalhau congelado	22 656	25 478	30 780
Redfish congelado	5 662	6 398	5 103
Produtos secos e salgados	60 132	60 267	58 649
Dos quais:			
Bacalhau salgado seco	51 243	50 713	50 042
Preparações e conservas	41 457	42 190	44 267
Das quais:			
Preparações e conservas de sardinha em azeite	6 116	6 981	5 619
Preparações e conservas de sardinha em outros óleos vegetais	5 713	5 928	7 424
Preparações e conservas de sardinha em tomate	4 630	5 094	4 649
Preparações e conservas de atum em azeite	3 430	2 965	3 198
Preparações e conservas de atum em outros óleos vegetais	12 180	9 846	11 132
Preparações e conservas de cavala, cavalinha e sarda em azeite	1 446	1 538	1 786
Preparações e conservas de cavala, cavalinha e sarda em outros óleos	528	1 014	824

Origem: Inquérito Anual à Produção Industrial - Inquérito realizado ao abrigo do Regulamento (CEE) nº 3924/91 do Conselho, com uma taxa de cobertura de 90% do volume de negócios das empresas, por actividade principal. A nomenclatura utilizada na recolha de informação segue a lista PRODCOM.

Quadro 6.3 - Quantidades vendidas e valor das vendas de produtos provenientes da pesca e aquicultura, pela indústria transformadora

Portugal Produtos Vendidos	2009 Rc		2010 Po		2011 Po	
	t	1 000 Euros	t	1 000 Euros	t	1 000 Euros
Produtos Congelados	86 466	303 804	90 530	310 704	84 246	338 927
Dos quais:						
Invertebrados aquáticos (inclui lulas, potas, chocos, polvos, amêijoas, berbigão e outros), congelados, secos, salgados ou em salmoura.	9 139	30 703	8 278	30 342	7 016	30 406
Pescada Congelada	7 000	23 681	8 967	29 256	8 997	31 098
Filetes de peixe congelados	2 848	11 619	3 758	13 381	3 513	14 188
Sardinha Congelada	14 686	19 627	20 264	27 939	14 530	21 243
Bacalhau congelado	12 968	88 734	16 496	108 761	21 438	142 206
Redfish congelado	5 468	13 017	6 395	16 849	5 072	17 682
Produtos secos e salgados	44 143	236 677	45 017	241 526	43 987	255 789
Dos quais:						
Bacalhau salgado seco	36 835	208 085	36 700	207 952	36 434	226 558
Preparações e conservas	38 503	169 496	40 671	176 637	46 864	200 045
Das quais:						
Preparações e conservas de sardinha em azeite	5 791	24 990	6 174	27 035	5 585	22 158
Preparações e conservas de sardinha em outros óleos vegetais	5 507	17 216	5 673	17 579	7 531	22 058
Preparações e conservas de sardinha em tomate	4 235	13 017	4 684	13 744	5 077	17 977
Preparações e conservas de atum em azeite	2 408	22 184	3 052	26 043	3 489	23 738
Preparações e conservas de atum em outros óleos vegetais	11 570	48 272	10 109	42 043	12 500	53 739
Preparações e conservas de cavala, cavalinha e sarda em azeite	1 431	9 524	1 496	10 150	1 766	12 243
Preparações e conservas de cavala, cavalinha e sarda em outros óleos	517	1 864	1 032	3 387	850	3 200

Origem: Inquérito Anual à Produção Industrial - Inquérito realizado ao abrigo do Regulamento (CEE) nº 3924/91 do Conselho, com uma taxa de cobertura de 90% do volume de negócios das empresas, por actividade principal. A nomenclatura utilizada na recolha de informação segue a lista PRODCOM.

Quadro 6.4 - Volume de negócios e VAB da indústria transformadora da pesca e aquicultura, por NUTS II

NUTSII	2009		2010		2011	
	Volume de Negócios	VABpm	Volume de Negócios	VABpm	Volume de Negócios	VABpm
Portugal	1 014 957	148 154	1 089 175	154 855	1 131 578	158 799
Continente	935 050	133 386
Norte	163 484	29 668	213 472	33 726	172 367	31 298
Centro	593 149	73 503	625 528	79 794	716 731	89 030
Lisboa	91 383	17 986	112 531	16 586	108 100	19 390
Alentejo	70 387	7 844	42 112	5 412	30 574	3 186
Algarve	16 647	4 385
Açores	56 448	11 386
Madeira	23 459	3 382

Unidade: 10³ euros

Origem: Sistema de Contas Integradas das Empresas

7 – Comércio Internacional

Figura 7.1 - Comércio internacional de produtos da pesca ou relacionados com esta actividade, em valor (2011-2012)

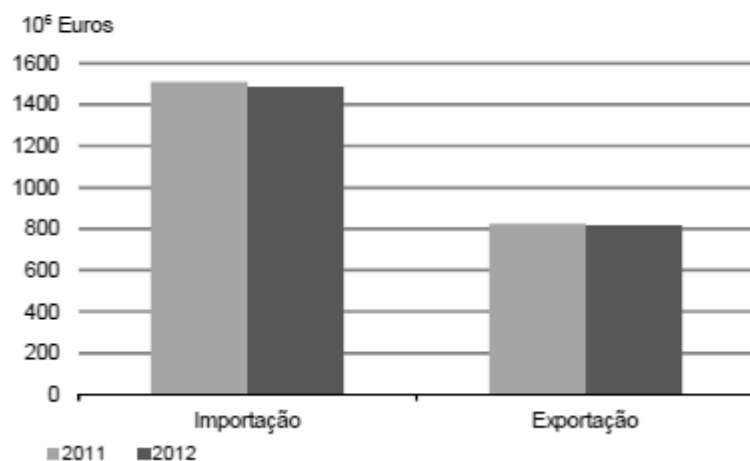


Figura 7.2 - Valor das Importações e Exportações por grupo de produtos (2012)



Outas Referencias Bibliográficas

- Barbosa e Almeida 2012. **Livro 100 anos**. Disponível em http://www.bavidro.com/gestor/downloads/Livro100Anos_PT.pdf
- Dias, João Alveirinho.2003. **Portugal e o mar. A importância da oceanografia para Portugal**. Universidade do Algarve. Faro. Disponível em <http://w3.ualg.pt/~idias/JAD/ebooks/ImpOcPort.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas da Pesca, para o ano de 2012**. Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=153378507&PUBLICACOEsmodo=2
- Gonçalves, Fernando. s.d.. **Estudo de caso, aquacultura**. Cluster do Mar. O mar como um novo desígnio nacional. Disponível em <http://www.clusterdomar.com/index.php/temas/case-study/117-aquacultura>
- Estrutura de Missão para a Expansão da Plataforma Continental.s.d. **KIT do Mar**. Disponível em <http://www.emepc.pt/kit-do-mar/home>
- European Commission. Maritime affairs. s.d. **Blue growth**. Disponível em http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/blue_growth/
- Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. **Estatísticas mensais da pesca**. Disponível em <http://www.dgrm.min-agricultura.pt/estatistica/index.htm#>
- Direção Geral de Política do Mar.2013. **Estratégia para o Mar 2013-2020**. Disponível em <http://www.dgpm.mam.gov.pt/Documents/ENM.pdf>
- Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. **DATAOPESCAS n.º 102/ Janeiro a Setembro de 2014**. Disponível em http://www.dgrm.min-agricultura.pt/xportal/xmain?xpid=dgrm&xpgid=detPublicacao_v2&detPublicacao_v2_qry=boui=196143
- Gallo Vidro / Vidrala. 2013. **Construccion de parrilla y horno**. Filme sobre a disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=buxQ2s3QGoM&t=15>
- Naturvårdsverket. 2008. **The economic value of ecosystem services provided by the Baltic Sea and Skagerrak**. Swedish Environmental Protection Agency. Disponível em <http://ec.europa.eu/ourcoast/download.cfm?fileID=1083>
- Pereira, Ana. 2001. **O(s) Oceano(s) e as Margens**. In Cadernos de Educação Ambiental. Instituto de Inovação Educacional. Lisboa
- Pereira, Leonel, et al. s. d. **As Algas Marinhas e Respectivas Utilidades**. Disponível em <http://www.cienciaviva.pt/rede/oceanos/1desafio/algas-marinhas-utilidades.pdf>
- Pita e Cunha, Tiago. 2011. **Portugal e o Mar**. Fundação Manuel dos Santos e Relógio d'Água'. Lisboa
- Seas at risk. s.d. **30% EU marine litter reduction target not enough**. Disponível em http://www.seas-at-risk.org/news_n2.php?page=678
- UNEP. 2012. **Green economy. In a blue world**. Disponível em http://www.unep.org/pdf/Green_Economy_Blue_Full.pdf
- UN. s.d. **Blue Economy Concept Paper**. Disponível em <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2978BEconcept.pdf>

Participantes

Alda Maria da Silva Pimenta
Ana Cristina Câmara
Ana Filipa de Almeida Cordeiro
Ana Maria Barros Marinho
Ana Maria Saavedra de Pinho Oliveira
Ana Paula de Almeida Guiomar
Ana Paula Lima da Igreja Rodrigues
Ana Teresa Macedo dos Santos
António José de Jesus Fernandes
Asdrúbal da Costa Almeida Lero
Berta Margarida Arsénio Dias
Cacilda Basto
Carla Alexandra Cruz Cupertino
Carla Batista
Carla Susana Ribeiro do Souto
Carlos Alberto Fernandes Timóteo
Celestino António da Cruz Marinho
Cláudia Susana Marques Teixeira
Deonilde Nunes
Elisabete Sousa Carvalho
Elisete Maria Oliveira Cação
Elsa Maria Luís Esteves Tomás
Elsa Maria Vaz Valente Pires
Emília Lemos
Emília Palmira Castilho Santos
Fernanda Maria do Souto Monteiro Timóteo
Fernanda Maria Francisco Filipe
Fernando António Mateus Matos Sequeira
Filomena Clemente
Francisco José Borges Pereira César
Helena Cristina Salomão dos Santos
Helena Esteves Lobo
Henrique Manuel de Oliveira Martins
Isabel Amorim Costa
Isabel Azevedo Damião
Isabel Fernanda Monteiro Ferreira
Isabel Maria Belo Gomes
Isabel Maria da Silva Mariano
Isabel Maria de Carvalho Duarte
Isabel Maria Marques Ribeiro de Sá Couto
Isabel Martins Viana de Paula Monteiro
João Carlos Correia de Vasconcelos
João Filipe Alves Carpinteiro
Jorge Humberto Bela Moreira de Lima
Jorge Manuel dos Santos Oliveira
José Albuquerque
Leonilde Bernardes Lucas
Lígia Teresa Mendonça de Almeida Vieira
Lina Carla Mendes Nicolau
Ludgero Filipe Nabais Brioa
Luís Filipe Gonçalves Mendes
Luísa Maria Matos dos Santos Carvalhinho
Luísa Maria Soares da Costa Santos
Manuel Simões
Manuela Pereira
Maria Alice Alves Cardoso
Maria Clara de Figueiredo Vieira Carvalheira
Maria da Conceição Bernardino Vasques
Maria da Conceição Coelho
Maria da Conceição Marques
Maria da Graça Pinto Heleno
Maria de Fátima Borges Correia
Maria de Fátima da Silva Brito Lopes
Maria de Fátima da Silva Coito de Almeida
Maria de Fátima dos Santos Mendes
Maria de Lourdes Bento da Cunha Palma
Maria de Lurdes Santiago
Maria Eugénia Moreno Gardete Correia Pestana
Maria Fernanda Margalho Craveiro
Maria Fernanda Marques Gomes
Maria Georgina Piteira Espenica
Maria Helena Gomes Veiga Vieira
Maria Helena Magro
Maria Isabel Almeida Loureiro Amaral
Maria Isabel Gomes Ribeiro
Maria João Guerreiro Ventura Gomes Duarte
Maria João Marques Gaspar
Maria João Raposo
Maria José Lourenço Ferreira
Maria Laurinda Pacheco de Castro

Maria Leonor Magalhães de Carvalho
 Maria Lúcia Martins Nunes
 Maria Luísa Dias da Cruz Alves
 Maria Luísa Valezim Batista
 Maria Luísa Vieira da Silva
 Maria Manuela Antunes Redol Moita
Maria Manuela Araújo da Costa Gomes
 Maria Manuela Berquó Velho Cabral
 Maria Manuela Gameiro
 Maria Manuela Gonçalves Nunes
 Maria Manuela Neto Carvalho
 Maria Margarida Cardoso Fortuna
 Maria Paula da Silva Faísca
 Maria Rogélia Pereira Costa
 Maria Susana Brás Prazeres
 Maria Teresa de Oliveira Cruz
 Maria Zilda Simões de Oliveira
Marta de Jesus Marques de Albuquerque
 Miguel Robalo
 Nadir Júlia Dias Ribeiro
Natália Maria Oliveira das Neves Filipe
 Natércia Sofia Neves Antão
 Nélia Maria Viana Guarda
 Ondina Farias
 Patrícia Isabel Gonçalves Escada
 Paulo Alexandre Ferreira Dias
 Pedro Damião
 Rita Maria Costa Pitacas
 Rogério Jesus Fernandes
Rosa Maria Morgado Teles Agostinho
 Rosa Maria Rodrigues dos Santos
Rosa Maria Vale Duarte e Almeida Lero
 Rosa Monteiro
 Rui Manuel de Oliveira Barata
 Rui Manuel Duarte Costa
Sandra Isabel Marques de Castro Duarte
 Sandra Isabel Vieira Dinis
 Sandra Marina Cordeiro Martins
 Sandrina Crespo Gomes
 Sónia Cristina Pereira de Oliveira

Susana Maria Gonçalves da Cruz
Susana Maria Gonçalves de Freitas
 Susana Maria Santos Barata
 Suzel do Carmo Guerreiro Nogueira
Teresa Paula Quitério da Silva Isabel
 Vanessa Azenha Pedro Neves
 Vera Lúcia Freitas Oliveira
 Vitória Albuquerque
Zilda Maria Pedrogão Frazão Vasconcelos

Formação

Algumas indicações importantes

- 1 - O XXIX Encontro Nacional de Professores de geografia funciona também como Ação de Formação com o Registo nº CCPFC/ACC-82106/15 **“Portugal e o Mar. Um Novo Mapa?”** e com a atribuição de 1,0 créditos. Neste caso é obrigatória a assinatura de folhas de presença, de acordo com os normativos em vigor. A não assinatura implica a marcação de falta ao fim do período respetivo (manhã/tarde).
- 2 - Só assinam folha de presença, os participantes cujo nome conste da lista de formandos.
- 3 - Os participantes em Formação Contínua devem cumprir um mínimo de 2/3 das horas previstas (pelo que não podem faltar mais de 5 horas)
Conforme estipulado no art.º 13.º, alínea 2 do Decreto-lei 207/96, de 02 de Novembro.
- 4 - O trabalho final de avaliação é individual e deverá obedecer aos requisitos constantes do verso. O cumprimento do prazo de entrega é fundamental para que todo o processo possa ser concluído atempadamente.
- 5 - Critérios de Avaliação
 - Participação nas sessões;
 - Elaboração de relatório crítico individual, segundo parâmetros a fornecer aos participantes Ou Elaboração de uma recensão crítica sobre um dos assuntos tratados durante os Trabalhos. A avaliação final terá em conta a assiduidade (peso1) e a classificação obtida no relatório (peso 2)
 - A classificação quantitativa, traduz-se numa escala de 1 a 10.
 - A avaliação final terá uma menção qualitativa (Insuficiente; Regular, Bom, Muito Bom e Excelente) e o valor final da classificação quantitativa
- 5.1 - De acordo com a lei em vigor as faltas não podem exceder 1/3 do número de horas presenciais de cada ação. Deste modo o peso das faltas na classificação será o seguinte:

Horas de Falta (25h presenciais)	Valor (Escala de 1 a 10)
Sem Faltas	10
30m – 2h00	9
2h30 – 4h00	8
4h30h – 5h00	7
+ 5h00	Reprova

- 6 - O certificado de frequência com aproveitamento, caso a ele haja direito, será emitido após o encerramento de todo o processo e enviado diretamente para a morada indicada na ficha de inscrição ou outra a indicar para esse fim.
- 7 - A Ação de Formação é da responsabilidade do Centro de Formação da Associação de Professores de Geografia “Professor Orlando Ribeiro”. Só serão consideradas as inscrições, com a ficha de inscrição devidamente preenchida à qual se juntará uma **fotocópia do Bilhete de Identidade**

A - Relatório Crítico

Parâmetros de elaboração

- 1 – *Introdução (aspetos teóricos acerca da importância deste tema para a valorização pessoal e/ou profissional)*
- 2 – *Razão da inscrição / expectativas*
- 3 – *Descrição das actividades em que participou (Data, Local e Temas abordados)*
- 4 – *Metodologia(s) seguida(s) e sua adequação (Sessões plenárias; Visitas de estudo Mesa(s) redonda(s), Trabalho em grupo , Oficinas de trabalho (workshops)*
- 5 – *Materiais de apoio / documentação*
- 6 – *Satisfação das expectativas*
- 7 – *Sugestões para próximas realizações*
- 8 – *Conclusão / apreciação global*

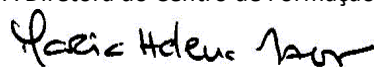
B - Parâmetros do “Paper”- recensão crítica

Introdução (razões da escolha do tema)

Enquadramento Teórico
Análise metodológica sobre o tema
Validação científica baseada nos autores que estudaram o tema
Conclusões
Bibliografia

Relatório com 6 a 10 páginas de texto (8 a 15 mil caracteres, podendo conter anexos ou fotografias) em suporte papel ou informático a entregar ou enviar para a Associação de Professores de Geografia, cfpor@netcabo.pt ou aprofgeo@gmail.com no prazo máximo de 30 dias, sem o que não poderá ser passado o Certificado de Creditação.

A Diretora do Centro de Formação



(Maria Helena Magro)